

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXV nº 1528 | 21/12/2020 a 31/12/2020

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

ENERGIA ELÉTRICA

SUBSÍDIO GARANTIDO POR DOIS ANOS

Atuação da FAEP e dos sindicatos rurais assegurou a manutenção da Tarifa Rural Noturna aos produtores em 2021 e 2022

sistemafaep.org.br

+ UMA
CONQUISTA



Aos leitores

2020 não foi fácil. Mas, terminar o ano com uma boa notícia serve de alento. A recente confirmação da prorrogação do programa Tarifa Rural Noturna por mais dois anos (2021 e 2022) é uma conquista importante para os produtores rurais do Paraná. Na verdade, a manutenção do subsídio vai além das cercas das propriedades rurais, pois tem impacto direto na economia paranaense. Afinal, a Tarifa Rural Noturna garante a competitividade das carnes produzidas no Estado. Ou seja, os negócios geram renda e empregos.

A caminhada até a garantia do programa por mais dois anos exigiu um esforço redobrado da FAEP, sindicatos rurais, produtores rurais e mais algumas entidades do setor. De forma organizada e coordenada pela FAEP, o setor se mobilizou em várias frentes para mostrar ao governador e aos deputados estaduais o quão importante é o subsídio para o campo e a cidade. E, felizmente, o Executivo e o Legislativo garantiram os recursos financeiros para a Tarifa Rural Noturna seguir valendo.

Sabemos que o programa não é para sempre. E, desde já, a FAEP é parceira para a implantação do programa Paraná Energia Rural Renovável, para estimular a geração de energias solar, biogás e o biometano em propriedades rurais. Inclusive, há tempos, a Federação já fomenta a implantação desses sistemas. O nosso desejo é que os processos de extinção da Tarifa Rural Noturna e implantação do Energia Rural Renovável, ambos, sejam de forma escalonada e gradual. Assim, todos saem ganhando!

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Nelson Natalino Paludo | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafaneli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Marcos Junior Brambilla - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - Fecomércio e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatto | **Superintendência:** Débora Grimm

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos e William Goldbach | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1528:

Fernando Santos, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE



BENEFÍCIO GARANTIDO

FAEP e sindicatos rurais mobilizam deputados e garantem aprovação da continuidade da Tarifa Rural Noturna pelos próximos dois anos

PÁG. 4

PROFISSIONALIZAÇÃO

Por meio do SENAR-PR, produtora de hortaliças passa da produção de subsistência para escala comercial

Pág. 8

SENAR-PR

Após formação de instrutores, novo curso de motopoda passa a ser oferecido em 2021

Pág. 13

SUINOCULTURA

Estudo da FAEP aponta que produtores independentes obtiveram melhores resultados que os integrados

Pág. 18

AVICULTURA

Levantamento dos custos de produção da FAEP mostra que atividade tem melhor resultado quando em maior escala

Pág. 24

CONQUISTA

Banco Central garante acesso ao crédito rural aos produtores de milho safrinha

Pág. 31

Sistema FAEP/SENAR-PR abre novas vagas para curso de seguro agrícola

Produtores rurais, colaboradores de sindicatos e técnicos podem se inscrever em uma das sete turmas de janeiro, fevereiro e março

A partir de janeiro de 2021, mais produtores rurais, colaboradores de sindicatos rurais e técnicos da área poderão participar do curso “Seguro Agrícola para Grãos”, promovido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR. A formação, em um formato inédito e gratuito, apresenta, em detalhes, a ferramenta de gestão de riscos na agropecuária. Na última semana de outubro e na primeira de novembro, as duas primeiras turmas, num total de 60 pessoas, concluíram a capacitação.

“Por ser um tema de interesse dos produtores rurais e demais profissionais do setor, o curso tem sido um sucesso, com ótima procura. Nossa programação é realizar 15 turmas, pois sabemos que essa ferramenta é essencial para a agropecuária do Paraná”, destaca o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

As aulas da primeira turma de 2021 vão começar no dia 12 de janeiro. Outras duas turmas serão realizadas no mesmo mês. As demais estão distribuídas entre fevereiro e março. As inscrições podem ser feitas no site do Sistema FAEP/SENAR-PR (www.sistemafaep.org.br).

Por meio da capacitação, o Sistema FAEP/SENAR-PR reforça o trabalho de disseminação do seguro rural, em consonância com a política agrícola do governo federal. Historicamente, o Paraná é o Estado que mais contrata seguro rural no país. De acordo com dados do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), os produtores paranaenses respondem por mais de 30% das apólices ao longo do histórico do programa, sendo a soja a cultura mais segurada.

Programação

O curso é dividido em três módulos, com a participação de especialistas. O primeiro módulo conduzido por Gilson Martins, coordenador do Centro de Economia Aplicada, Cooperação e Inovação no Agronegócio (CEA) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), aborda conceitos de gestão de risco; detalhes do PSR, do governo federal e do governo do Paraná; e Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc).

O segundo módulo é com o consultor e especialista em seguro rural, Luiz Antonio Digiovani, que detalha as mo-

dalidades de seguro rural ofertadas pelo mercado e os tipos de cobertura de cada uma. Além disso, os participantes vão aprender como são feitos os cálculos que embasam os contratos de seguro.

A última etapa é conduzida por Odair Machado, sócio-proprietário da empresa de regulação agrícola e rural Agrotrust Perícias. Em seu módulo, o especialista fala sobre pontos de atenção nos contratos em que os produtores devem ficar de olho, além de explicar como é realizada uma perícia e como funciona o prêmio ao seguro rural.

Serviço

**“Curso:
Seguro Agrícola para Grãos”**

Carga horária:
6 horas

Modalidade:
online e gratuito

Público-alvo:
produtores e sindicatos rurais

Inscrições:
bit.ly/courseseguroagricola

Mais informações:
(41) 2169-7923

Luz para continuar produzindo

Após ação da FAEP, sindicatos rurais e outras entidades, governo e deputados mantêm o Programa Tarifa Rural Noturna. Subsídio ajuda a garantir a competitividade dos produtos paranaenses

Por Felipe Aníbal

A energia elétrica é segundo insumo que mais pesa sobre o negócio do avicultor Diogo Sezar de Mattia, de São Miguel do Iguacu, no Oeste do Paraná. Os nove aviários que ele mantém alojam mais de 1,3 milhão de aves por ano, em regime integrado à Cooperativa Lar. Para manter essa produção, a conta de luz fica em torno de R\$ 10,8 mil por mês. Como a atividade trabalha com margens estreitas, o produtor comemorou a continuidade do Programa Tarifa Rural Noturna (TRN), mantido pelo governo do Paraná após pedido da FAEP, sindicatos rurais e de outras entidades do setor produtivo. O programa garante o desconto de 60% na conta da energia elétrica consumida por estabelecimentos rurais, entre as 21h30 e 6h.

“A Tarifa Rural Noturna é de plena importância para nós. Na avicultura, o produtor ganha centavos por animal entregue. Então, é um subsídio que faz a diferença, determinante para o setor. Hoje, a energia corresponde a 12% do meu faturamento anual. Sem a TRN, iria aumentar para uns 20%”, diz Mattia.

Ao longo dos últimos dois meses, o programa esteve ameaçado e os produtores só puderam respirar aliviados em dezembro, quando a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou o projeto de lei que garantiu a continuidade da TRN. Antes disso, o setor rural viveu períodos de apreensão. As ações da FAEP pela manutenção do programa começaram em outubro, depois que o governo do Estado enviou à Alep a proposta de lei orçamentária para 2021, sem prever recursos para a manutenção da TRN. A Federação, então, preparou um estudo técnico que demonstrou o impacto que o fim do benefício causaria para o setor agropecuário, inviabilizando atividades como a avicultura, que representa 63% do Valor Bruto de Produção (VBP) da pecuária do Paraná, gerando R\$ 21,9 bilhões por ano.

Em 24 de novembro, mais uma ameaça ao subsídio: o governador Carlos Massa Junior encaminhou aos deputados o projeto de lei que instituiu o Programa Paraná Energia Rural Renovável. Ocorre que, em um de seus artigos, a propos-



ta previa o fim da Tarifa Rural Noturna. Em reação, a FAEP e entidades como Fiep, Ocepar, Sindiavipar, Sincarnes e Sindileite enviaram ao Executivo um ofício em que afirmavam que o governo estava “cometendo um grave equívoco”. Paralelamente, o setor produtivo fez um intenso trabalho de sensibilização do governo e de deputados, demonstrando a importância do subsídio ao setor agropecuário. Sindicatos rurais de todo o Paraná também se manifestaram, pedindo a continuidade da TRN.

“Democraticamente, expusemos nossos dados ao governador e aos deputados e eles se sensibilizaram da importância da Tarifa Rural Noturna para a economia do Paraná”, ressalta o presidente da FAEP, Ágide Meneguette. “A manutenção da TRN é uma conquista do produtor rural paranaense, que precisa desse subsídio para continuar gerando riqueza para o Estado. Faço questão de agradecer ao governador, aos secretários envolvidos, aos deputados da Assembleia e, principalmente, aos nossos sindicatos rurais, que trabalharam para mostrar a importância da Tarifa Rural Noturna”, acrescenta.

Desde o início da tramitação do projeto, vários parlamentares e membros do governo tinham se manifestado pela continuidade da Tarifa Rural Noturna, como o secretário de Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Marcio Nunes, e o deputado estadual Luiz Claudio Romanelli, que ressaltaram a TRN como fundamental para a competitividade do setor agropecuário do Paraná.

“O trabalho dos produtores rurais permite a possibilidade de crescimento do Paraná. E benefícios como a Tarifa Rural Noturna permitem que o Estado seja referência nacional e mundial na produção de carnes, com competitividade. Por isso, o trabalho pela manutenção do subsídio”, destaca Nunes.

“Sabemos da importância desse benefício para os produtores rurais paranaenses. Por isso, construímos um consenso, uma proposta para que o benefício seja mantido até 2022. E, futuramente, o governo estadual quer estimular a instalação de unidades de geração de energia, com financiamento baixo, nas propriedades rurais”, diz Romanelli.

Impacto da TRN

Pelo texto da lei aprovada, o desconto da Tarifa Rural Noturna fica limitado a 6 mil kWh (quilowatts/hora) por mês por unidade consumidora. Antes, era de 4 mil kWh por mês, por CPF ou CNPJ cadastrado no programa. Se o consumo ficar acima do patamar estabelecido, o desconto não será aplicado sobre o excedente. Além disso, só serão admitidos novos beneficiários do programa se houver disponibilidade financeira para o subsídio.

Criado pela Lei 19.812, de 2019, a TRN é um programa estadual, que, segundo dados da FAEP, beneficia 77,5 mil produtores rurais e mais de 1 milhão de pessoas. Ainda, o atual Programa TRN é inspirado no Programa Irrigação da Madrugada, criado, em 2004, pelo ex-governador Roberto Requião e o ex-vice-governador Orlando Pessuti, que tinha o objetivo de estimular a prática no período entre 21h e 6h.

Juntas, a avicultura, suinocultura, bovinoculturas de leite e de corte, fomicultura, aquicultura e sericultura – que são as cadeias mais beneficiadas pela Tarifa Rural Noturna – responderam por mais de 20% das exportações do agronegócio paranaense em 2019, o que corresponde a US\$ 3 bilhões.

Segundo o presidente da Comissão Técnica de Avicultura da FAEP, Carlos Bonfim, o peso da energia elétrica nos custos de produção varia de região para região do Paraná – já que áreas com médias de temperatura mais baixas e com invernos mais longos e rigorosos, por exemplo, tendem a consumir mais eletricidade. Por isso, em alguns locais, a conta de luz chega a ser o insumo mais caro, superando a folha de pagamento.

“O produtor de diversas atividades, principalmente na avicultura, trabalha com ganhos muito apertados. Se não fosse a tarifação rural noturna, com certeza em muitos aviários a conta não fecharia e os produtores teriam deixado a atividade”, afirma Bonfim. “Todo ano o produtor passa por essa ameaça de acabarem com a TRN e a FAEP sempre lutando para reverter. Felizmente, agora virou lei. Nós, os produtores, agradecemos muito a FAEP por todo o empenho de sempre e por mais essa conquista, que nos dá tranquilidade para continuar produzindo”, acrescenta.

Bonfim cita o próprio caso. Ele mantém dez aviários em Castro, na região dos Campos Gerais, com capacidade total de alojamento de 450 mil aves por lote. Consome, em média, 20 mil kWh por mês. Com a Tarifa Rural Noturna, consegue economizar de R\$ 4 mil a R\$ 5 mil mensais, margem que, justamente, o permite continuar na atividade. “Se eu for pagar a tarifa cheia, eu viro sócio da Copel”, brinca. “A TRN é o que me ajuda a equilibrar. É uma conquista para os produtores e que não pode ser interrompida, pela saúde financeira do setor”, completou.





Energia elétrica e sustentabilidade

Ao conceder um desconto para a energia consumida à noite e na madrugada, a Tarifa Rural Noturna estimula que os produtores rurais adaptem sua produção para este período. O avicultor Diogo Sezar de Mattia, por exemplo, conduz seus nove aviários no sistema *dark-house*. Na prática, os galpões ficam no escuro total durante o dia e permanecem com as luzes acesas no período noturno, fazendo com que as aves troquem o dia pela noite. Assim, o consumo maior de energia se concentra durante a madrugada, quando a rede está ociosa.

“A gente gasta menos energia durante o dia, enquanto as aves estão dormindo. À noite, quando elas estão acordadas, ligamos os ventiladores, lâmpadas e todos os sistemas de climatização. Direcionamos o consumo para a noite. Por um lado, a gente economiza. Por outro, estamos consumindo energia quando a rede elétrica está sem uso”, conta avicultor.

Mattia já pensa em continuar produzindo de forma sustentável. O recém-aprovado projeto de lei 657/20 – o mesmo que garantiu a continuidade da TRN – instituiu o Programa Paraná Energia Rural Renovável. Esta iniciativa visa estimular a geração e distribuição de energias, como a solar, o biogás e o biometano, em propriedades rurais. A ideia do governo é que o programa disponibilize linhas de financiamento com taxas especiais e oferte incentivos tributários para a implantação de sistemas de energias limpas.

Com o novo programa, a ideia de Mattia é instalar painéis de energia solar em todos os seus aviários até o fim de 2022. Quando implantou seu nono barracão, em 2019, ele chegou a fazer orçamentos para instalar painéis fotovoltaicos em seu complexo – na ocasião, o investimento estimado

era de R\$ 600 mil. Agora, ele espera que o projeto do governo o ajude a tirar a ideia do papel.

“Vamos torcer para que em 2021 saiam, realmente, essas linhas de financiamento em energias renováveis. É uma iniciativa que pode baratear custos não só na avicultura, mas em diversas outras cadeias. Com *payback* [tempo em que a economia gerada cobre os investimentos] de cinco anos, fica viável investir”, diz Mattia. “Mas o produtor precisa ter garantias. O receio é que o governo ou a Copel venham com uma normativa, taxando a geração e distribuição na energia solar. Precisamos de segurança para investir”, acrescenta.

Mattia não é o único. O presidente da Comissão Técnica de Avicultura da FAEP, Carlos Bonfim, aponta que diversos produtores vêm fazendo orçamentos e estudos para converter sua matriz energética para fontes renováveis. Ele, mesmo, já se prepara para essa nova realidade no campo. “A energia solar é uma saída para nós. Primeiro, porque é uma energia limpa e, por meio dela, conseguimos ter uma diminuição permanente dos custos de produção. Ainda não são muitos produtores que aderiram, mas muitos estão avaliando e devem entrar nessa, com certeza, nos próximos anos”, diz Bonfim.

Nesse sentido, o presidente da CT vê com bons olhos a estratégia do governo de lançar um programa que estimule adoção de fontes renováveis de energia no campo. “A saída é baratear o custo de implantação, porque os materiais são importados e ainda requerem um investimento grande. Mas um programa como esse é o que o setor mais aguarda. Porque a energia limpa representa independência para o produtor rural”, avaliou.



O avicultor Diogo Sezar de Mattia, de São Miguel do Iguçu

Em março deste ano, o Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP elaborou um estudo da viabilidade de implantação de energia solar em propriedades rurais no Estado. Os técnicos analisaram diferentes cenários em duas atividades: a avicultura e a bovinocultura de leite. Em ambos os casos, o levantamento demonstrou que a instalação de painéis é vantajosa no médio prazo.

Para a avicultura, foi considerado um estabelecimento com dois galpões de 2,5 mil m² e capacidade de alojamento para 66,5 mil aves. Neste empreendimento, a fatura de energia giraria em torno de R\$ 8,3 mil e consumo de 21,2 mil kWh (considerando a tarifa de R\$ 0,39 por kWh consumido). Nesse caso, de acordo com a simulação realizada pelos técnicos, o tempo de retorno do investimento de R\$ 1 milhão é de sete anos. Como a durabilidade do equipamento é estimada em 25 anos, o produtor teria energia quase de graça por 18 anos.

No caso da bovinocultura leiteira, o modelo utilizado no cálculo é o de uma propriedade com 74 animais, sendo 60 em lactação, e um consumo médio de 3.050 kWh – o que daria uma conta de energia de R\$ 1,2 mil por mês. Neste caso, o tempo de retorno seria menor: de apenas cinco anos. Com isso, as perspectivas são de que o produtor tenha 20 anos de energia, a custo perto do zero.

“Nós sempre apoiamos a adoção de fontes de energias renováveis, tanto que sempre apresentamos estudos para estimular nossos produtores. Mas defendíamos um período de garantias, em que o produtor possa ser beneficiado pela TRN, enquanto faz a migração para outras fontes”, disse Meneguette.

TRN

O que é: Criado pela Lei 19.812, de 2019, a TRN é um programa estadual que prevê um desconto de 60% na conta da energia elétrica consumida no campo, entre as 21h30 e 6 horas.

Mudanças: O projeto de lei 567/20 garante o desconto até a faixa de consumo de 6 mil kWh/mês unidades consumidoras (antes, o desconto se limitava a 4 mil kWh/mês, por CPF ou CNPJ). Se o consumo ficar acima deste patamar, o desconto não será aplicado sobre o excedente. O governo e os deputados também asseguraram recursos para a manutenção do programa pelos próximos dois anos.

Beneficiados: segundo dados da FAEP, o programa beneficia cerca de 77,5 mil produtores.

Atividades mais impactadas: Avicultura, suinocultura, bovinoculturas de leite e de corte, fuminicultura, aquicultura e sericicultura, que tem na energia elétrica um dos principais insumos. Juntas, elas respondem por mais de 20% das exportações do agronegócio paranaense.

“A manutenção da TRN é uma conquista do produtor rural do Paraná, que precisa desse subsídio para continuar gerando riqueza para o Estado. Faço questão de agradecer ao governador, os secretários envolvidos, aos deputados da Assembleia e, principalmente, aos nossos sindicatos rurais”

Ágide Meneguette, presidente da FAEP

HortiMais incentiva profissionalização de produtora de hortaliças

Por meio do programa do SENAR-PR, Edna Reis deixou a produção de subsistência para construir carteira de clientes, certificações de orgânicos e planos de ampliação

Por Bruna Fioroni

A Horta Graciosa vem conquistando a preferência dos moradores de Quatro Barras e outros municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Além dos clientes que recebem as hortaliças orgânicas diretamente em casa, a empresa tem ampliado a comercialização por meio de entregas para supermercados, hortifrúts, cooperativas e projetos de merenda escolar na RMC. “A procura sempre é muito boa. Já estou até aumentando a produção”, comemora a produtora rural e idealizadora da Horta Graciosa, Edna Aparecida dos Reis.

O sucesso de Edna teve como suporte fundamental o curso “Colheita e Pós-Colheita”, parte do Programa HortiMais, desenvolvido pelo SENAR-PR, com foco na qualificação de olericultores, visando uma produção com maior qualidade e mais sustentável. Segundo a produtora, que participou da capacitação em outubro de 2019, os conhecimentos adquiridos possibilitaram um notável desenvolvimento na produção. A partir dos ensinamentos do curso, ela investiu na pequena horta e, em menos de um ano, montou seu próprio negócio.

“Eu comecei a horta em 2019, ainda pequena e para consumo próprio. Eu sempre tive vontade de aumentar a produção, ter condições de plantar mais para comercializar, mas era preciso me preparar”, conta a produtora, que iniciou a produção em um pequeno pedaço de

terra arrendado na propriedade rural em que o marido trabalha. “O curso do SENAR-PR abriu a minha cabeça. Tudo que o instrutor passou, eu coloquei em prática, e deu certo”, acrescenta.

De acordo com o instrutor Leandro Alegriani, o objetivo do curso é abordar todos os aspectos desde a colheita até a apresentação final do produto, incluindo distribuição e comercialização. “Nesta janela, há muitos fatores que os produtores precisam se atentar, como ponto de colheita ideal, transporte da lavoura até a sala de preparação, impacto no transporte, exposição ao calor, tipos de embalagem utilizados, empilhamento, entre outros. Esse curso vai consagrar o bom produto até seu destino final”, aponta Alegriani.

Resultados

Atualmente, a Horta Graciosa possui o selo Produto Orgânico Tecpar Cert, certificação de produtos orgânicos por meio do Tecpar Certificação, que é a unidade certificadora do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), além da certificação de produtos agroecológicos pela Rede Ecovida de Agroecologia.

Durante o curso, a produtora também obteve suporte para o desenvol-





vimento de uma identidade própria para a Horta Graciosa, com implantação de logomarca, embalagem e rotulagem dos produtos. Com isso, Edna investiu na criação de redes sociais para a divulgação da marca e realização de vendas *online*, o que ajudou a estreitar o relacionamento com os clientes.

“Estou muito feliz por ter esse apoio do SENAR-PR. Eu tenho origem no campo e gosto muito de mexer com a terra, então é uma realização que a Horta Graciosa esteja dando tão certo. Me sinto preparada para entrar no mercado com esse curso”, afirma Edna, que continua estudando e utilizando o material didático para consultas diárias. “Já tenho um caminhão próprio para fazer as entregas, uma ideia que tirei do livro”, menciona.

Além do curso do Programa Horti-Mais, a produtora conta que já participou de outras formações do SENAR-PR nas áreas de turismo rural, derivados de leite e fabricação de compotas e conservas. Para o futuro, os planos incluem utilizar esse conhecimento para expandir os negócios e construir uma cozinha industrial. “Por enquanto eu vendo apenas *in natura*, mas tenho interesse em investir em outros produtos. Também quero disponibilizar um espaço para o pessoal fazer cursos do SENAR-PR, assim como eu”, almeja Edna.

“O curso do SENAR-PR abriu a minha cabeça. Tudo que o instrutor passou, eu coloquei em prática, e deu certo”

Edna Aparecida dos Reis, produtora rural

O caminho da segurança

Uso correto de EPIs durante aplicação de agroquímicos previne riscos e traz tranquilidade para empregadores e trabalhadores rurais

Por André Amorim

Os produtos agroquímicos são ferramentas, muitas vezes, indispensáveis na atividade agrícola. Para que seu uso não traga consequências para a saúde dos usuários, é necessário atentar para as regras de segurança no manejo destes produtos, principalmente quanto ao uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

Desde que estas tecnologias passaram a fazer parte do dia a dia da produção rural, existe uma grande preocupação em orientar produtores e trabalhadores para a utilização destes equipamentos, bem como para a atenção a outras regras de segurança. Neste quesito, o SENAR-PR tem importante papel, uma vez que, há anos, o curso “Aplicação de Agroquímicos” é o mais requisitado entre as capacitações da entidade.

Porém, uma vez cumprido este requisito de segurança (a utilização do EPI), o risco da utilização destes produtos não é maior do que o risco que existe ao consumir um medicamento ou dirigir um automóvel, por exemplo. “É um agente químico? Sim. É perigoso? É. Assim como é perigoso o consumo de bebida alcoólica, como é perigoso manipular combustível ou tecnologia automotiva, que mais mata hoje em dia. Se a pessoa toma muito remédio [que mais intoxica hoje no Brasil] também terá problema. Então, se utilizar corretamente [o produto agroquímico], o risco de um efeito agudo a curto prazo, ou crônico a longo prazo, é praticamente inexistente”, afirma o professor-doutor Angelo Zanaga Trapé, médico toxicologista com mais de 40 anos de atuação nesta área.

Ao longo destas quatro décadas que andou pelos quatro cantos do país, Trapé não encontrou efeitos crônicos por exposição ou intoxicação aguda ocupacional [aquelas que ocorrem durante o trabalho] pelo uso desses produtos. “As intoxicações ocupacionais no Brasil têm caído drasticamente, por uma série de fatores, como, por exemplo, comunicação maior, acesso à informação, trabalho das empresas, das secretarias e das universidades no sentido de orientar

Proteção total

Veja, passo a passo, como vestir adequadamente o EPI



Passo 1: Vista primeiro a calça e depois blusa. O trabalhador/aplicador deve usar uma bermuda e uma camiseta por baixo (para não deixar o EPI em contato direto com o corpo). A calça deve ser colocada e ajustada na cintura para não cair, e depois a blusa para que fique por fora da calça.



Passo 2: Após vestir as botas, a calça deve ser puxada por fora do cano da bota, para evitar que escorra produto.

os agricultores a utilizar o EPI e outras tecnologias adequadamente”.

De acordo com Trapé, as intoxicações por defensivos químicos não estão relacionadas com o trabalho na terra. “Dos óbitos que são registrados, 99% são de origem intencional, ou seja, tentativa de suicídio ou de homicídio. O óbito ocorre quando o indivíduo ingere um produto destes, que não é feito para ser ingerido obviamente”, observa.

3

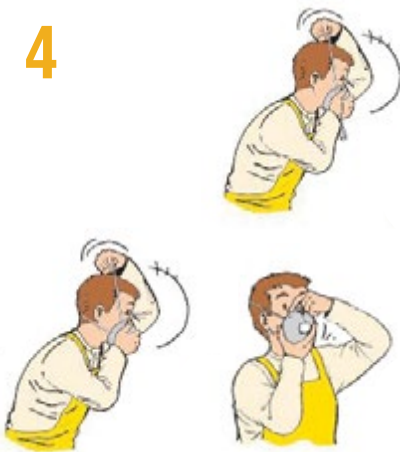
Passo 3: Use avental impermeável durante o preparo de calda.

5

Passo 5: Coloque a viseira facial de forma firme, mas um pouco distante da face para evitar o embaçamento.

7

Passo 7: A última peça a ser vestida é a luva. Coloque a luva para dentro ou para fora da manga da blusa, deve ser de acordo com o tipo de aplicação. Se a aplicação for para baixo (aplicação de herbicida com equipamento costal), a luva deve ficar por dentro da manga. Caso a aplicação seja para cima (aplicação de qualquer produto na copa de árvores), a luva deve ficar por fora da manga.

4

Passo 4: O respirador deve ser colocado adequadamente. Também é importante a pessoa estar bem barbeada para que o respirador fique bem colocado e sem folgas.

6

Passo 6: O boné árabe deve ser colocado sobre a viseira para melhor proteção da cabeça, pescoço e evitar qualquer entrada de produto pela gola da blusa.

Fonte: Sistema FAEP/SENAR-PR

Regras de segurança

Para que o uso desta tecnologia ocorra de forma segura, é indispensável que as regras de segurança sejam observadas. Neste contexto, uma contribuição importante veio por meio da Norma Regulamentadora (NR) 31, que tem como objetivo estabelecer os preceitos de segurança no ambiente de trabalho.

A normativa estabelece, dentre outros pontos, que é de responsabilidade do empregador fornecer gratuitamente os EPIs aos seus empregados e exigir que os mesmos utilizem o equipamento de proteção. Na visão de Trapé, houve um avanço significativo nas tecnologias utilizadas na confecção destes equipamentos de segurança. “Os EPIs hoje estão muito mais confortáveis e sua utilização impede a absorção e qualquer produto. O uso do EPI veda a principal via de absorção

desses produtos, a via dérmica. 95% da absorção são pela pele”, afirma.

“A NR 31 foi fundamental para melhoria desta condição. Não temos um quadro perfeito. Ainda encontramos gente que não usa o EPI, mas estes casos devem ser avaliados”, afirma o professor-doutor Marco Antônio Gandolfo, da Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp). Na sua opinião, mesmo que ainda exista uma parcela que resiste à utilização dos EPIs, a imensa maioria dos agentes da agricultura utiliza. “Se fosse para arriscar um chute, diria que mais de 80% dos aplicadores usam, considerando os equipamentos que não são fechados”, diz.

Segundo Gandolfo, é preciso estabelecer uma distinção entre diferentes níveis de exposição. “Quando você tem equipamentos [de aplicação de agroquímicos] autopropelidos e tratorizados com cabine fechada e pressurizada, não é necessário o uso de EPI. Já quem prepara a calda corre um alto risco, pois manipula um produto concentrado. É fundamental que esse indivíduo use EPI”, observa.

“Temos que considerar níveis diferentes de risco. Se eu disser que 100% das pessoas que operam máquinas com cabine fechada não usam EPI isso está errado? Não. Porém se eu disser que 50% daqueles que manipulam a calda não usam EPI, é um número muito alto”, compara.

Gandolfo observa três entraves principais na utilização dos EPIs na atividade rural. O primeiro problema é a aquisição do equipamento. “Trata-se de uma questão cultural. O agricultor, principalmente os mais antigos, não entende a necessidade daquilo, não acredita no perigo dos agroquímicos, então não compra”, aponta. O segundo é a não utilização. “O sujeito compra, mas não usa, pois pensa ‘vou fazer uma atividade simples, não precisa’”, acrescenta Gandolfo. O terceiro problema é a limpeza do EPI.

Limpeza do EPI

Neste último caso, alguns cuidados devem ser observados. O primeiro é lavar o EPI individualmente, sem ne-



Curso do SENAR-PR ensina o uso correto do EPI (foto anterior à pandemia)

nhuma outra peça de roupa junto. Outro ponto que merece atenção é passar o EPI com ferro quente após a lavagem. “A superfície do EPI é hidro-repelente [não absorve o agroquímico, mas permite a passagem de gases]. Após a limpeza com sabão, a função hidro-repelente se recupera com a passada de ferro quente”, ensina.

Apesar de ainda ser necessário vencer algumas questões culturais para que o uso de EPIs chegue a 100% dos casos, Gandolfo observa uma melhoria geral no uso destes equipamentos.

“Quando nos deparamos com funcionários da propriedade e operadores profissionalizados, vemos que seguem à risca [as regras para o uso correto de EPIs], pois sabem que se acontecer algo, vai ter multa da justiça do trabalho. Percebemos nas grandes propriedades que isso está resolvido. O proprietário fiscaliza, pois se acontecer alguma coisa a propriedade terá uma consequência catastrófica. Em função dos problemas trabalhistas, as duas partes [empregador e empregado] respeitam muito”, avalia.

SENAR-PR oferece curso de motopoda em 2021

Híbrido entre a roçadeira e a motosserra, equipamento tem diversas utilidades na atividade rural

O SENAR-PR começa 2021 com um novo curso no seu catálogo: “Motosserrista – Motopoda”. Em novembro deste ano, seis instrutores da entidade participaram de um treinamento na operação de motopodas. Desta forma, a partir de janeiro, esses profissionais estarão em campo, levando conhecimento para produtores e trabalhadores rurais por meio de um curso específico. O equipamento permite fazer serviços a cinco metros da distância do operador, sendo muito utilizado na retirada de galhos e arbustos, em atividades florestais e paisagismo.

Segundo o técnico do Departamento Técnico (Detec) do SENAR-PR, Neder Corso, em um primeiro momento, os conhecimentos na área de operação de motopoda fariam parte do curso “Motosserrista – corte polivalente de árvores”, voltado à operação de motosserras, já oferecido no catálogo do SENAR-PR. “Como há bastante conteúdo neste curso, decidimos criar uma nova formação”, afirma.

De acordo com o instrutor do SENAR-PR, Sandro Nogueira, que participou do treinamento para ministrar o curso de motopoda, o equipamento tem diversas utilidades. “Algumas empresas usam para poda de pinus. Na propriedade rural, geralmente, é usada para arborização e jardinagem. Em beiras de estrada também se usa muito para aparar árvores de modo que não enrosquem galhos nos caminhões”, explica.

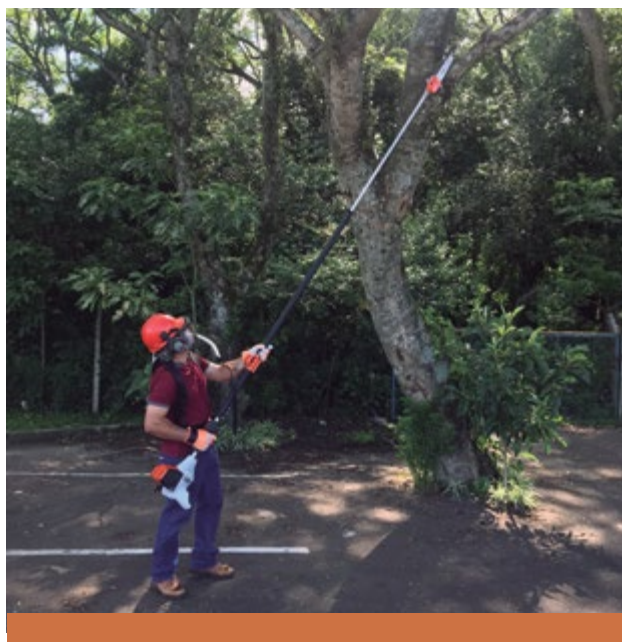
Híbrido entre a motosserra e a roçadeira, o equipamento também é utilizado por empresas da área de energia elétrica, para efetuar podas precisas em árvores próximas a linhas, em operações que primam pela segurança.

Segundo Nogueira, a demanda pela formação veio do próprio público. “Em muitos cursos de motosserra que a gente ministrava, os alunos traziam a motopoda deles para pegar alguma orientação sobre manutenção, afiação”, recorda.

Curso

O curso “Motosserrista – Motopoda” terá duração de oito horas, podendo ser realizado em um dia de atividades. Apesar do treinamento dos instrutores ter sido feito em uma unidade móvel da empresa Stihl, o curso trabalha com diversas marcas, sem distinção do fabricante do equipamento. Um dos pré-requisitos para o participante é ter sido aprovado no curso “Motosserrista – corte polivalente de árvores”, do SENAR-PR.

Acesse o catálogo de cursos do SENAR-PR no site www.sistemafaep.org.br ou no QR Code ao lado.



Confira outras formações na área de cultivos florestais

Motosserrista - atualização de operadores - 16 horas
 Motosserrista - corte polivalente de árvores - 40 horas
 Motosserrista - traçamento de madeiras - 40 horas



ACESSE A PÁGINA DE CURSOS

É fácil!

- Ligue a câmera do seu celular, aponte para o QR Code, acesse o link e assista. Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de QR Code.

- Ou assista ao vídeo da matéria no nosso site sistemafaep.org.br



Plataforma digital permite registro gratuito de máquinas agrícolas

Com a ferramenta será possível gerar um documento oficial, uniformizar as informações e rastrear tratores e equipamentos



Produtores rurais de todo o Brasil poderão realizar, sem custo, o registro oficial de tratores e equipamentos agrícolas por meio da nova Plataforma Digital de Registro e Gestão de Tratores e Equipamentos Agrícolas (ID Agro). A ferramenta lançada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) em parceria com o Instituto CNA está em fase piloto, período em que somente algumas agências autorizadas e somente tratores novos poderão realizar o registro. A partir de março de 2021, o sistema será implementado de forma completa, com ampliação da rede de autorizadas e inclusão do registro de tratores usados.

O ID Agro é um sistema que interliga fabricantes, revendedoras autorizadas, proprietários, Sistema CNA/SENAR e o Mapa para o registro de propriedade de tratores e demais

equipamentos destinados à execução de atividades agrícolas. A nova plataforma atende a Lei 13.154/2015, que dispensa o licenciamento e o emplacamento e obriga o registro, sem ônus, junto ao Mapa para aqueles que possam transitar em via pública, diretamente ou mediante convênio.

A plataforma foi implementada para adequar os equipamentos agrícolas à legislação de trânsito do Brasil. Dessa forma, o registro permitirá o trânsito destes veículos em vias públicas, sem risco de cobrança de multas.

É importante ressaltar que, além do registro via ID Agro, para transitar com trator agrícola em via pública, o veículo deve estar em conformidade com as dimensões estabelecidas pela Resolução 454/2013 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Ou seja, altura máxima de 4,40 metros, largura de

até 2,80 metros e comprimento de até 15 metros, além de o condutor possuir carteira de motorista tipo B, C, D ou E.

Outros benefícios do sistema para o produtor são segurança e facilidade para processos de contratação de seguro, financiamento e acesso a crédito. Segundo o coordenador administrativo do Instituto CNA, Carlos Ribeiro, o ID Agro também será um estímulo à comercialização de tratores usados pela possibilidade do bem ser dado como garantia. “Em geral, instituições financeiras exigem que o produtor contrate o seguro quando tratores e máquinas agrícolas são adquiridas por meio de financiamento, mas, muitas vezes, o produtor não renova esse seguro por conta dos custos”, esclarece.

Ainda, a ferramenta trará mais segurança em relação a roubos e furtos, uma vez que a própria plataforma conta uma central de mensagens e será integrada com o sistema de segurança pública.

Como funciona o registro

Para obter o registro, o produtor deve fazer o *download* do aplicativo ID Agro, disponível para iOS e Android, e realizar seu cadastro a partir da inserção de dados pessoais (nome, CPF, endereço, e-mail e telefone). No caso de veículos usados, o

produtor deve informar os dados do bem a ser registrado, como número de chassi ou de série, tipo do veículo e marca. Feito isso, basta procurar uma concessionária autorizada, com os documentos originais do proprietário e nota fiscal em mãos, para análise do veículo. Somente as agências autorizadas poderão fazer o registro. Caso o equipamento seja novo, a própria concessionária faz o registro e o vincula ao produtor que comprou.

Após o registro via aplicativo, o produtor tem acesso ao documento do Registro Nacional de Máquinas Agrícolas (Renagro) – equivalente ao Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) dos demais. O produtor também recebe um QR Code de uso opcional, que pode ser colado no veículo para facilitar as fiscalizações. Caso o trator ou outra máquina agrícola esteja transitando em via pública e não tenha o Renagro, estará sujeito às mesmas medidas administrativas aplicadas aos veículos de passeio que transitam sem o CRLV.

Além do acesso ao documento, o aplicativo do ID Agro possui algumas funcionalidades, como ficha completa dos veículos registrados (proprietário, características, números identificados, localização e histórico de proprietários), central de mensagens e comunicação de sinistro.



INFORME

Veja também no site
www.fundepecpr.org.br

FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 30/11/2020

| HISTÓRICO/CONTAS | RECEITAS EM R\$ | | | DESPESAS EM R\$ | | | SALDO R\$ | |
|--|----------------------|---------------------|-----------------------------|----------------------|-------------------|---------------------|------------------|------------------------|
| | REPASSE SEAB | | RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES | RENDIMENTOS | TRANSFERÊNCIAS | INDENIZAÇÕES | | FINANCEIRAS/ BANCÁRIAS |
| | 1-13 | 14 | | | | | | |
| Saldo C/C | 276,00 | - | - | - | - | - | 25,81 | 250,19 |
| Serviços D.S.A. | 403.544,18 | - | - | 138.681,09 | 542.225,27 | - | - | - |
| Setor Bovídeos | 8.444.549,48 | 278,44 | - | 47.375.459,28 | - | 2.341.952,64 | - | 54.014.844,98 |
| Setor Suínos | 10.323.319,02 | 2.210.606,80 | - | 4.892.358,83 | - | 192.156,99 | - | 17.234.127,66 |
| Setor Aves de Corte | 1.481.958,15 | 2.342.576,48 | - | 4.734.711,38 | - | - | - | 8.559.246,01 |
| Setor de Equídeos | 53.585,00 | 23.737,78 | - | 183.398,64 | - | - | - | 260.721,42 |
| Setor Ovinos e Caprinos | 123,76 | - | - | 17.964,50 | - | - | - | 23.803,11 |
| Setor Aves de Postura | 37.102,41 | 46.905,50 | - | 230.519,31 | - | - | - | 314.527,22 |
| Pgto. Indenização Sacrificio de Animais* | - | - | - | - | - | 141.031,00 | - | (141.031,00) |
| CPMF e Taxas Bancárias | - | - | - | - | - | - | 77.567,43 | (77.567,43) |
| Rest. Indenização Sacrificio de Animais* | - | - | 141.031,00 | - | - | - | - | 141.031,00 |
| TOTAL | 20.744.458,00 | 4.624.105,00 | 141.031,00 | 57.573.093,02 | 542.225,27 | 2.675.140,63 | 77.593,24 | 80.329.953,15 |
| SALDO LÍQUIDO TOTAL | | | | | | | | 80.329.953,15 |

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045.388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

AS BALAS QUE MARCARAM ÉPOCA

Criadas em 1928, as Balas Zequinha vinham embrulhadas em figurinhas que viraram febre em todo o Paraná

O empresário Francisco Sobania voltou de uma viagem a São Paulo, em 1928, com um plano: produzir uma série de figurinhas colecionáveis para embrulhar as balas produzidas pela fábrica da família. A ideia não era original. Sobania tinha se inspirado na paulistana Balas Piolin, que vendia seus produtos com os pequenos cromos. O curitibano encomendou

uma coleção inicial de 30 figurinhas, que tinha um personagem que marcaria época e que viraria febre em todo o Paraná, atravessando gerações: o palhaço Zequinha.

Criado pelo litógrafo Alberto Thiele, o personagem se caracterizava pelos seus longos sapatos coloridos, gola caricata com gravata borboleta e, claro, a tradicional maquiagem



de palhaço. Zequinha foi inspirado no palhaço Piolin – nome artístico de Abelardo Pinto, um dos mais famosos palhaços brasileiros, conhecido mundialmente e aclamado pelos modernistas. As figurinhas das Balas Zequinha tinham cinco por sete centímetros e traziam o personagem nas mais diversas atividades e profissões. Logo, Zequinha passou a ser sinônimo para “faz-tudo” – aquela pessoa que se mete a fazer qualquer coisa.

Com o sucesso estrondoso, a fábrica logo ampliou a coleção para 50 cromos, também assinados por Thiele. Em seguida, uma nova leva: as figurinhas de número 51 a 200 foram assinadas pelo prestigiado litógrafo Paulo Roberto Rohrbach – criador dos brasões de armas de Curitiba e do Paraná. Quem completasse a coleção, poderia trocar por prêmios oferecidos pela fabricante, como bonecas, bolas de futebol, lanternas elétricas e porta-níqueis. Nem é preciso dizer que muitas crianças compravam as balas só por causa dos cromos.

Nas figurinhas, Zequinha foi de tudo um pouco. O personagem aparecia desempenhando profissões mais usuais (como médico, dentista, açougueiro e engenheiro), mas também foi retratado em ofícios incomuns (escafandrista,

domador e *boxeur* – ou pugilista). Na nova série, o palhaço também foi colocado em novas situações (tomando banho e mergulhando, por exemplo). Passou, também, por uma fase, digamos, sombria: foi embriagado, gatuno, raquítico e louco. Pode parecer impensável nos dias de hoje, mas as figurinhas também mostram Zequinha atropelado, enforcado e se suicidando (disparando um tiro contra a própria cabeça).

Em 1979, Zequinha deixou de ser personagem das balas para protagonizar uma ação do governo do Paraná. Na ocasião, o governador Ney Braga criou uma campanha de arrecadação de Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), por meio da emissão de notas fiscais. O famoso palhaço protagonizou a campanha: a cada 1000 cruzeiros emitidos em notas fiscais, o cidadão ganhava um pacote com 20 figurinhas. Quem completasse o álbum, concorria a prêmios.

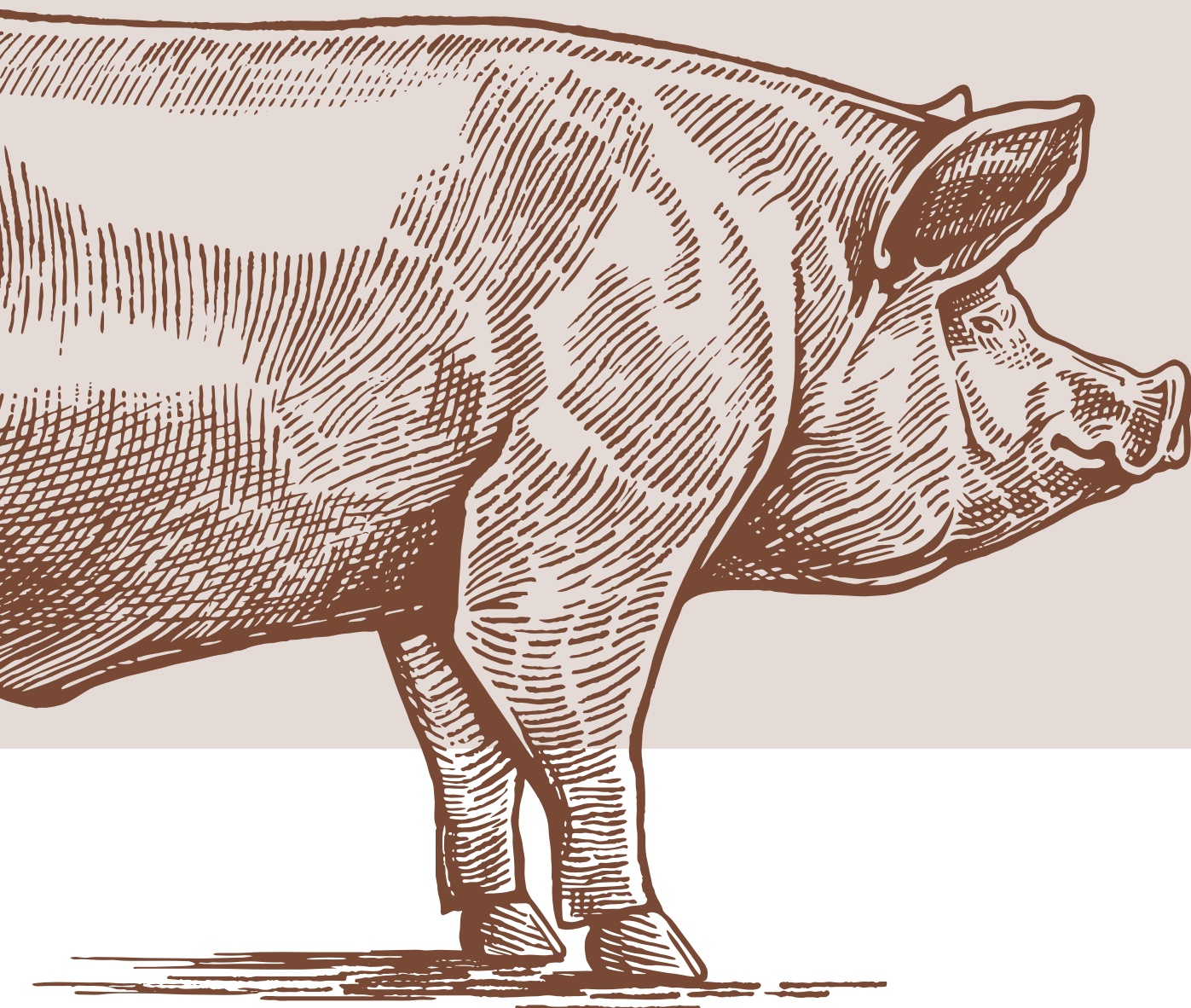
O personagem catapultou a emissão de notas fiscais. Em 14 meses, foram arrecadados 37,9 bilhões de cruzeiros em impostos. No período, foram impressas mais de 206,7 milhões de figurinhas e distribuídos 196 mil prêmios. Sucesso total creditado ao querido personagem. Não à toa, até hoje o palhaço Zequinha faz parte do imaginário coletivo do paranaense.



Bom ano para o independente, nem tanto para o integrado

Levantamento dos custos de produção de suínos, realizado pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, revela o quadro da atividade no Paraná em 2020

Por André Amorim



Em um ano como 2020, que trouxe novos desafios para a produção e a comercialização das carnes, o levantamento dos custos de produção da suinocultura (veja nas páginas 20 a 23), realizado pela o Sistema FAEP/SENAR-PR, tem importância adicional. Ao dimensionar o impacto destas mudanças na atividade produtiva, é possível descobrir oportunidades, vislumbrar o que pode vir pela frente, ou, ao menos, não perder dinheiro pela falta de informação.

“Foi um ano bem atípico, mas, no geral, um ano bom para a suinocultura. Apesar dos custos subindo bastante, o preço [do suíno] acompanhou. O suinocultor vinha bastante descapitalizado. Agora, com esse aumento de receita, esse ganho a mais, o suinocultor vai colocar sua situação financeira em ordem. A grande maioria está fazendo contas, pois vinha de um déficit muito grande na atividade. Esse ano, esses produtores conseguiram amenizar seus compromissos financeiros”, avalia Reny Gerardi, presidente da Comissão Técnica da Suinocultura da FAEP.

A rigor, o levantamento de 2020 repete um fato observado em 2019: os produtores independentes melhor aproveitam o bom momento da suinocultura no mercado. Vale lembrar que há dois tipos de relação de produção: produtor no regime de integração (comodato) desenvolve a atividade em parceria com uma agroindústria, que arca com os custos de alimentação e medicamentos, além de garantir a compra da produção por um preço estipulado previamente; e o independente, que desenvolve a atividade por conta, sendo responsável por arcar com os custos da ração, da aquisição de matrizes, e comercializa a produção diretamente no mercado.

Os dados do levantamento mostraram que os produtores independentes conseguiram, neste ano, cobrir seus “Custos Totais” e aumentar a receita, mesmo diante dos altos preços do milho e da soja, principais insumos da alimentação animal. Do lado dos integrados, a situação não é tão vantajosa. A remuneração paga pelas agroindústrias cobre, quando muito, os “Custos Variáveis” da atividade. Sem recursos para reinvestir, a tendência é que, no médio prazo, esses últimos produtores deixem a atividade.

“Em linhas gerais, o levantamento mostrou que o mercado está bom para os suinocultores independentes, apesar da preocupação com o custo dos grãos para alimentação. No momento, o preço pago pelo suíno está cobrindo esse custo. Dentro da integração, vemos que o aumento no valor praticado no mercado não foi repassado para o valor remunerado dos integrados, da mesma forma que o aumento no custo dos insumos também não impactou as contas desses produtores”, avalia Nicolle Wilsek, técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR e responsável por acompanhar a cadeia da suinocultura. “Porém, um fator que impacta fortemente o custo de todos os produtores, independentemente do modelo de produção, são os encargos trabalhistas (salário, insalubridade, EPs, etc.), agrupamos na denominação ‘Mão de Obra’”, complementa.

Essa também foi a percepção do suinocultor Elói Favero, que desenvolve a atividade no município de Marechal Cândido Rondon, na região Oeste. “Houve um aumento significativo nos [preços] dos insumos e nos custos de instalação de equipamentos. Mas, o custo que mais impactou na minha atividade foi a mão de obra”, afirmou.

De fato, quando analisados os números dos “Custos Variáveis” nas diversas modalidades de produção, é possível observar que a participação do item “Mão de Obra” tem participação significativa na integração, enquanto que no sistema independente, a alimentação teve maior peso.

“Em 2020, tivemos uma situação de alto custo de produção, principalmente em função do alto custo do milho e da soja a partir do segundo semestre do ano, por conta da escassez do produto no mercado. O milho está num preço muito bom para o agricultor, porém proibitivo para o produtor de proteína animal. O mesmo vale para a soja”, avalia o suinocultor Wiefried Matthias Leh, que atua em Guarapuava e Pinhão (região Centro-Sul).

Atuando de forma independente com um total de 3,6 mil matrizes, Leh observa que os bons preços do suíno se deram em função do câmbio valorizado e das exportações aquecidas. “Conseguimos realizar um bom preço. Neste momento boa parte dos produtores está num ponto de equilíbrio em relação ao custo e ao preço do quilo produzido”, observa, referindo-se à rentabilidade da atividade.

Quando analisados os números de 2020 em relação àqueles do ano passado, algumas variações são impressionantes. É o caso da receita em relação ao “Custo Operacional” no sistema de ciclo completo (independente) avaliado nos Campos Gerais. No painel de 2019, ao subtrair o saldo da atividade pelo seu “Custo Operacional”, a receita por quilo de suíno vivo era de R\$ 0,44. Em 2020, esse número saltou para R\$ 3,17, uma variação de 1.368%. Isso se explica pelo preço do quilo do suíno que passou de R\$ 4,30, em 2019, para R\$ 8,50, em 2020 (variação de 97,7%), enquanto neste mesmo período o “Custo Operacional” variou apenas 32%.

Levantamento

O levantamento dos custos de produção da suinocultura percorreu as principais regiões produtoras do Estado (Oeste, Sudoeste e Campos Gerais) realizando painéis com a participação dos suinocultores, em diversas modalidades de produção: Crechário (unidade que recebe leitões desmamados e cria até a terminação); UPL (Unidade Produtora de Leitões, que atua da maternidade até a saída da creche); UPD (Unidade Produtora de Leitões, que atua da maternidade até o desmame); UPT (Unidade Produtora de Terminação, que recebe leitões da UPD ou do Crechário e realiza as fases de crescimento e terminação até o abate) e Ciclo Completo (unidade que executa todas as fases da criação, desde a produção de leitões até a terminação para o abate), tanto no sistema de integração, quanto na produção independente.

Em 2020, por conta da pandemia do novo coronavírus, foi realizado apenas uma rodada de reuniões para coletar as informações. Nos anos anteriores, foram feitas rodadas em dois momentos (primeiro e segundo semestres). Os encontros foram realizados de forma *online* e em alguns sindicatos rurais nos municípios com maior representatividade na produção de suínos: Castro (Campos Gerais), Pato Branco (Sudoeste) e Toledo (Oeste). Participaram destes encontros produtores, revendedores de equipamentos e insumos, representantes de indústrias e de cooperativas.

Suinocultura na ponta do lápis

Veja o resultado do levantamento de custos da suinocultura realizado em 2020 e a variação em relação ao estudo anterior



| Ciclo Completo (R\$/Kg) | | | | | | |
|-------------------------------|---------------|--------|--------------|----------|--------|--------------|
| Região | Campos Gerais | | | Sudoeste | | |
| | jul/19 | nov/20 | Variação (%) | nov/19 | nov/20 | Variação (%) |
| Custo Operacional | 4,09 | 5,42 | 32,60 | 4,19 | 4,53 | 8,17 |
| Custo Fixo | 0,30 | 0,14 | -54,70 | 0,20 | 0,27 | 35,12 |
| Custo Total | 4,16 | 5,47 | 31,40 | 4,25 | 4,65 | 9,39 |
| Preço por quilo de suíno vivo | 4,30 | 8,50 | 97,70 | 4,90 | 7,50 | 53,06 |
| Saldo / Custos Variáveis | 0,44 | 3,17 | 615,60 | 0,85 | 3,13 | 266,51 |
| Saldo / Custo Operacional | 0,20 | 3,07 | 1368,90 | 0,70 | 2,96 | 320,45 |
| Saldo / Custo Total | 0,13 | 3,03 | 2161,20 | 0,64 | 2,85 | 339,14 |

| UPT - Comodato (R\$/Kg) | | | | | | | | | |
|---|----------|----------|--------------|----------|----------|--------------|---------------|----------|--------------|
| Região | Oeste | | | Sudoeste | | | Campos Gerais | | |
| | jul/19 | nov/20 | Variação (%) | nov/19 | nov/20 | Variação (%) | jul/19 | nov/20 | Variação (%) |
| Peso venda / animais por lote | 130/1200 | 135/1200 | - | 130/1900 | 130/1900 | - | 125/1000 | 125/1200 | - |
| Custo Operacional | 53,83 | 50,51 | -6,16 | 28,93 | 35,77 | 23,62 | 39,53 | 47,03 | 18,98 |
| Custo Fixo | 12,87 | 20,59 | 59,95 | 7,20 | 15,29 | 112,52 | 11,26 | 21,61 | 91,93 |
| Custo Total | 55,21 | 55,92 | 1,29 | 29,66 | 40,31 | 35,92 | 40,73 | 49,47 | 21,46 |
| R\$ recebido / cb (por produtor em R\$) | 25,00 | 28,00 | 12,00 | 27,50 | 27,50 | 0,00 | 31,37 | 27,50 | -12,34 |
| R\$ Kg suíno vivo | 4,80 | 7,50 | 56,25 | 4,60 | 7,50 | 63,04 | 4,30 | 8,50 | 97,67 |
| Valor por animal | 624,00 | 1012,50 | 62,26 | 598,00 | 975,00 | 63,04 | 537,50 | 1062,50 | 97,67 |
| Saldo / Custos Variáveis | -17,34 | -7,34 | -57,69 | 5,04 | 2,48 | -50,77 | 1,91 | -0,36 | -118,90 |
| Saldo / Custo Operacional | -28,83 | -22,51 | -21,91 | -1,43 | -8,26 | 476,90 | -8,16 | -19,53 | 139,35 |
| Saldo / Custo Total | -30,21 | -27,92 | -7,58 | -2,16 | -12,81 | 493,47 | -9,36 | -21,97 | 134,75 |

Planilhas

Para consultar as planilhas completas do levantamento dos custos de produção da suinocultura da FAEP acesse o site sistemafaep.org.br ou no QR Code ao lado.





| UPD - Comodato (R\$/Kg) | | | | | | |
|---------------------------------|----------|--------|--------------|--------|--------|--------------|
| Região | Sudoeste | | | Oeste | | |
| | nov/19 | nov/20 | Variação (%) | nov/19 | nov/20 | Variação (%) |
| Custo Operacional | 32,73 | 34,83 | 6,40 | 35,53 | 30,90 | -13,10 |
| Custo Fixo | 10,32 | 16,50 | 59,90 | 10,68 | 13,81 | 29,30 |
| Custo Total | 33,27 | 40,64 | 22,10 | 36,22 | 34,06 | -6,00 |
| Preço do leitão/ R\$/ cabeça | 28,88 | 34,00 | 17,70 | 28,80 | 39,00 | 35,40 |
| Saldo / Custos Variáveis | 5,92 | 9,86 | 66,40 | 3,25 | 18,75 | 475,50 |
| Saldo / Custo Operacional | -3,86 | -0,83 | -78,50 | -6,73 | 8,11 | -220,40 |
| Saldo / Custo Total | -4,40 | -6,64 | 51,00 | -7,42 | 4,94 | -166,50 |

| Crechário - Comodato (R\$/Kg) | | | |
|---------------------------------|----------|--------|--------------|
| Região | Sudoeste | | |
| | nov/19 | nov/20 | Variação (%) |
| Custo Operacional | 12,70 | 14,93 | 17,56 |
| Custo Fixo | 5,33 | 6,83 | 28,02 |
| Custo Total | 13,08 | 16,85 | 28,80 |
| Preço do leitão/ R\$/ cabeça | 7,00 | 7,00 | 0,00 |
| Saldo / Custos Variáveis | -0,74 | -3,02 | 305,36 |
| Saldo / Custo Operacional | -5,69 | -7,09 | 24,53 |
| Saldo / Custo Total | -6,08 | -9,85 | 62,05 |

| UPL - Comodato (R\$/Kg) | | | |
|----------------------------------|----------|--------|--------------|
| Região | Sudoeste | | |
| | nov/19 | nov/20 | Variação (%) |
| Custo Operacional | 38,77 | 41,45 | 6,93 |
| Custo Fixo | 13,07 | 19,71 | 50,86 |
| Custo Total | 40,02 | 48,07 | 20,10 |
| Preço por quilo de suíno vivo | 35,22 | 35,21 | -0,01 |
| Saldo / Custos Variáveis | 8,26 | 6,86 | -16,95 |
| Saldo / Custo Operacional | -3,55 | -6,24 | 75,66 |
| Saldo / Custo Total | -4,80 | -12,85 | 167,55 |

Que custos são esses?

Custos Variáveis - São aqueles que variam de acordo com o nível de produção da atividade. São considerados os desembolsos diretos do produtor e representam os itens de maior impacto na formação dos custos.

Custos Fixos - Ocorrem independentemente da produção. Mesmo que não haja nenhuma atividade, os custos existirão. Neste grupo, para a suinocultura, são considerados os custos com a depreciação de máquinas, equipamentos e edificações e, ainda, a remuneração do capital investido na atividade.

Custos Operacionais - Custos Variáveis + Custos Fixos

Custos Totais - Custos Variáveis + Custos Fixos + depreciação e remuneração dos fatores de produção

Levantamento ajuda produtores a negociar nas Cadecs

Os números do levantamento de custos promovido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR são importantes para tecer uma visão ampla e abrangente da atividade. Além disso, são ferramentas de negociação, principalmente no caso dos suinocultores que atuam no regime de integração (comodato), que precisam negociar constantemente com as agroindústrias.

Desde 2016, quando foi aprovada a Lei 13.288/2016, essas discussões entre produtores integrados e agroindústrias integradoras acontecem nas Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadecs), espaços voltados à negociação equilibrada e diálogo entre as partes, formados pelo mesmo número de representantes da indústria e dos produtores.

O Sistema FAEP/SENAR-PR apoiou a aprovação da legislação e incentivou a criação de Cadecs junto às unidades agroindustriais de modo a trazer mais segurança e transparência às relações entre integrados e integradoras. Por meio do SENAR-PR, foram criados cursos para negociações e condução de reuniões voltados às atividades nas Cadecs.

“A FAEP tem ajudado muito o produtor de suínos, contribuindo para organizar a cadeia produtiva por meio das Cadecs. E isso tem reflexo nos produtores independentes. A Federação tem esse papel de interferir para proteger essas categorias quando existem dificuldades”, observa o presidente da Comissão Técnica da Suinocultura da FAEP, Reny Gerardi.

Em maio desse ano, por meio das ações da Cadec criada junto à empresa JBS Foods de Carambeí (Campos Gerais), os produtores da unidade conseguiram um reajuste no preço recebido pelo leitão. Casos como esse são cada vez mais corriqueiros no Paraná.

“Esse ano tivemos alguns ajustes justamente através da Cadec”, afirma Gerardi, que participa da Cadec formada junto à unidade de BRF de Toledo (Oeste). “Tivemos um ganho de 20% ao longo do ano”, comemora. “Não foi o mesmo ganho do produtor independente, que aproveitou um bom momento, mas foi uma vitória”, completa.



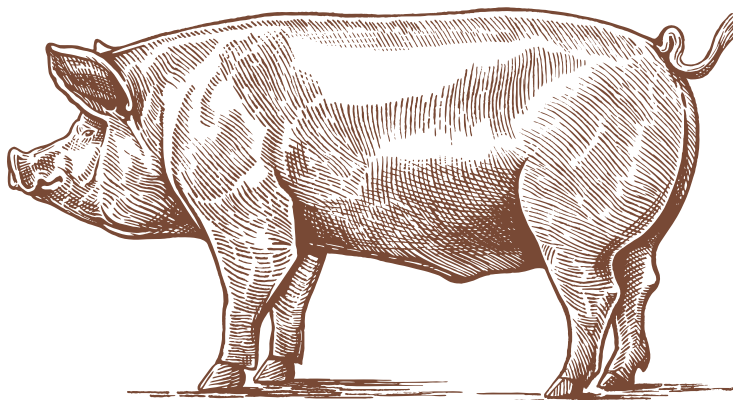
Por Nicollette Wilsek

Técnica

DETEC - Sistema FAEP/SENAR-PR

Ano de bons resultados para suinocultores paranaenses

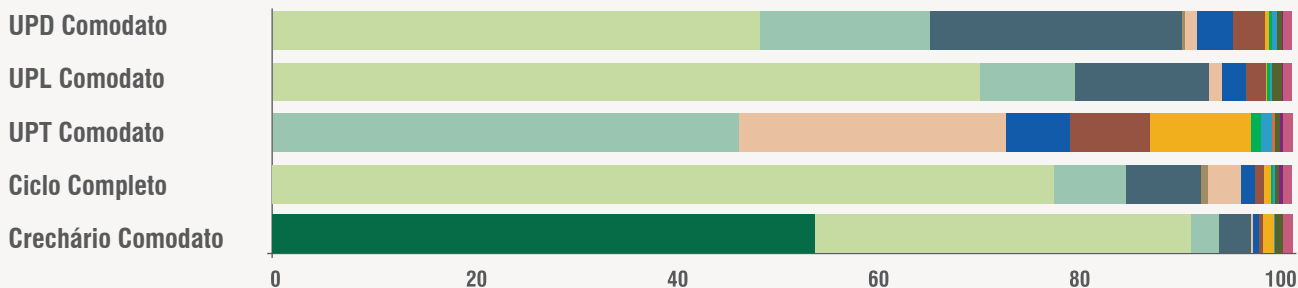
Os altos valores financeiros gerados pela agropecuária brasileira no último ano nunca foram vistos, até então, e a suinocultura não está fora dessa estatística. O ano de 2019 já havia expressado melhores resultados no valor praticado para o quilo do suíno vivo, e sinalizava-se essa projeção positiva para 2020, o que se concretizou além do esperado. Salvo a necessidade de abastecer o mercado chinês, afetado primeiramente pelo déficit produtivo estabelecido na epidemia de Peste Suína Africana (PSA), e posteriormente pela pandemia do novo coronavírus, o maior consumo doméstico de carne suína contribuiu para o aumento das receitas do setor. No mesmo cenário, a alta do dólar que favoreceu as exportações de soja e milho, principais insumos na alimentação de suínos, além de matéria primárias, como ferro e aço, usadas nas construções e manutenções de granjas. Toda essa conjuntura reflete em um aumento significativo do custo de produção da suinocultura paranaense, mas que ainda se sustenta pelos altos valores pagos ao suíno entregue. Estima-se que o preço pago ao produtor continue em alta por pelo menos mais cinco anos, acompanhando a alta dos grãos e mantendo a atividade rentável nesse período. Interpretando os resultados levantados nos painéis realizados pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, resume-se em bom momento para produtores independentes, o que não acompanha nas produções integradas, onde o custo de mão de obra e manutenções estão bem elevados, não sendo revertidos em melhores remunerações aos integrados.



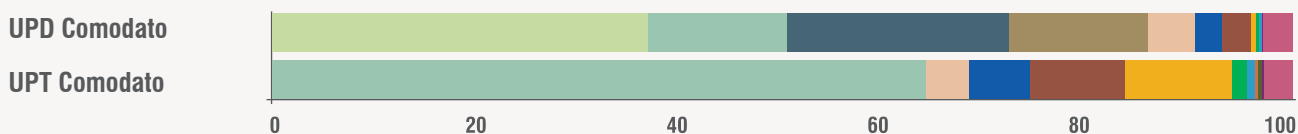
Custos

Veja a quanto corresponde cada item que compõe os custos variáveis, em cada fase da produção (%)

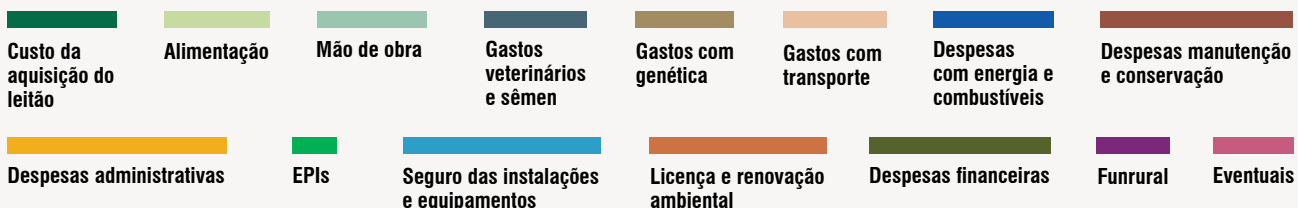
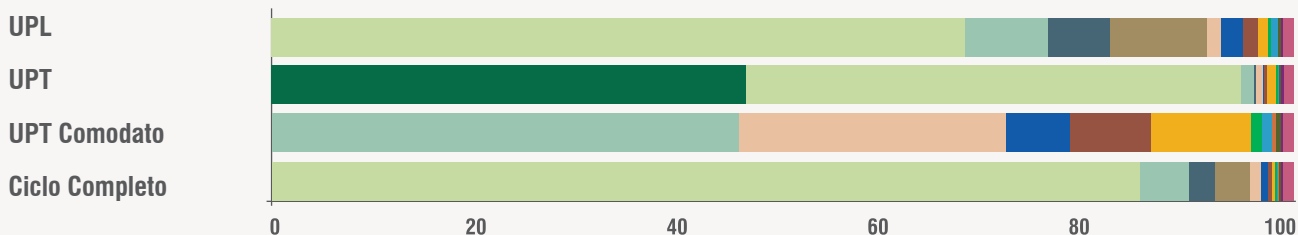
Sudoeste



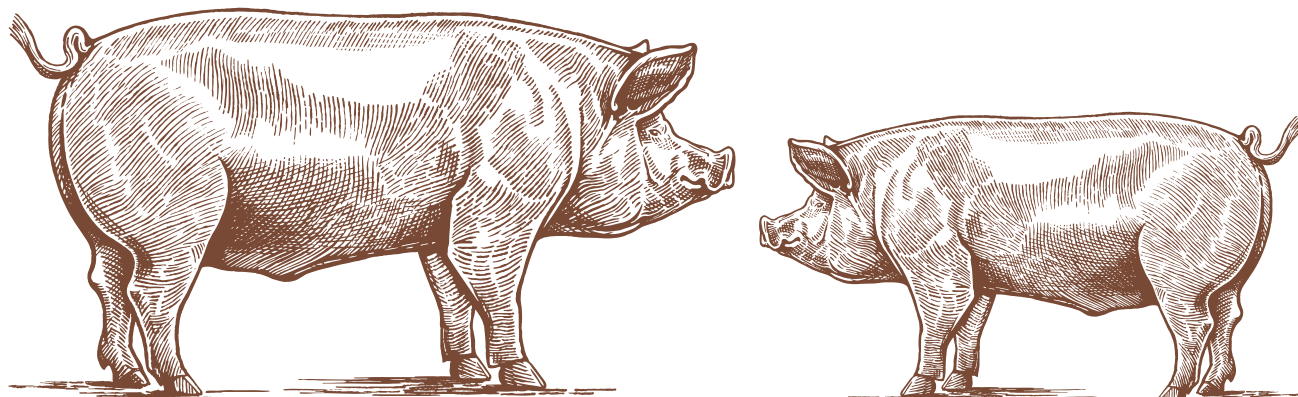
Oeste



Campos Gerais



Fonte: Levantamento dos custos de produção/Sistema FAEP



Escala garante melhores resultados no PR

Levantamento de custos de produção aponta que modelos de negócio maiores resultam na sustentabilidade a médio e longo prazos aos produtores de aves

Por Antonio C. Senkovski

A produção de aves no Paraná tem na escala um importante aliado para a viabilidade. É o que aponta o levantamento de custos de produção do Sistema FAEP/SENAR-PR, realizado em novembro e dezembro de 2020. De modo geral, sistemas produtivos com maior capacidade de alojamento garantem sustentabilidade a médio e longo prazos para os avicultores. Já os menores, têm vivido uma situação delicada, com prejuízos quase que generalizados, quando considerada a diferença entre as receitas e os custos totais (ver mais nas páginas 26 a 29).

Em uma avaliação do Estado como um todo, os resultados da avicultura tiveram leve melhora na comparação com os números de novembro de 2019. Na maior parte dos casos, no entanto, as melhorias não foram suficientes para garantir margens positivas aos produtores. Apesar de, com o dólar alto, as exportações terem subido de R\$ 9,5 bilhões para R\$ 11 bilhões (+15,8%) em 2020, o Valor Bruto de Produção (VBP) das aves ter batido recorde e a demanda interna ter se mantido aquecida, os bons resultados não tiveram repasses significativos aos valores pagos pela indústria ao produtor.

De acordo com o responsável pela metodologia do levantamento de custos, Ademir Francisco Giroto, aparentemente houve descompasso entre os resultados das empresas e os reajustes oferecidos aos produtores. “Tínhamos uma expectativa de rentabilidade em alta, em função das exportações que cresceram bastante. Esperava um resultado positivo melhor do que o que apareceu. Em regra geral, o resultado cobriu os ‘Custos Variáveis’ e no máximo o ‘Custo Operacional’. Quanto menor o aviário, o resultado foi mais complicado”, apontou o economista.



Outro ponto que chamou a atenção do especialista, que realiza esse mesmo estudo há décadas, foi a constatação de que durante a pandemia, com suas instabilidades, alguns produtores tiveram aumento no intervalo entre alojamentos. “Teve região com quase 52 dias de intervalo para limpeza de aviário, enquanto em outros foram de 30 dias. Esse dado variou bastante, o que interfere no volume de lotes por ano, com reflexo direto na rentabilidade do produtor”, revelou.

Mariana Assolari, técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR, diz que após acompanhar as rodadas de coleta de dados e sistematização dos números (ver quadro na página 26) teve a impressão de que as mudanças constatadas, na média, foram pouco significativas. “Se analisarmos o contexto geral, não tivemos diferença significativa na atividade agropecuária. Algumas regiões registraram leves aumentos nos repasses, mas também altas nos seus custos de produção. Podemos dizer que foi um ano meio quieto, atípico, com um dos maiores destaques para o fato de, mesmo com todas as dificuldades, a produção não ter sido paralisada”, sintetiza (ver análise completa na página 30).

Reajustes

O avicultor de Cianorte, no Noroeste do Paraná, Diener Santana produz frango pesado, com três aviários, capazes de alojar 50 mil aves de uma única vez. Apesar de nos últimos anos ter ampliado o número de barracões gradativamente, de tempos para cá ele reclama que tem ficado difícil de pagar as contas. Ele chegou ao ponto de ter que vender um pedaço de terra para pagar uma parcela de um financiamento que fez para construir o terceiro barracão.

“Gastamos, fizemos o investimento com expectativa de retorno, que não veio da forma como esperávamos.

Além disso, tivemos a questão da subida do custo da energia elétrica. De cinco anos para cá, gastávamos em torno de R\$ 3 mil por

mês em eletricidade e isso pulou para patamares de R\$ 6 mil a R\$ 7 mil”, compartilha.

Esse cenário de custos de produção maiores do que os reajustes repassados pelas indústrias, para Santana, tem freado os investimentos dos produtores de aves. “Durante um bom período houve uma remuneração satisfatória à produção. Mas, desde 2018, houve uma alteração muito brusca na cadeia produtiva. Hoje, para mim, não há perspectiva de ampliação e grandes investimentos”, reclama.

Em Chopinzinho, no Sudoeste do Paraná, Juliana Jackoski Miglioranza, presidente da associação de avicultores do município, vai na mesma linha. Produtora de frango *griller* (leve), ela produz, junto à família, cerca de 4 milhões de aves por ano. “A avicultura se apresenta numa situação bem delicada, trabalhando no vermelho com prejuízos generalizados, infelizmente. Não recebemos reajustes significativos, apesar de as integradoras estarem vendendo a um dólar super alto lá fora e com uma demanda alta internamente”, diagnostica.

Na região, de acordo com Juliana, os produtores tiveram impactos diretos também do maior intervalo entre lotes dos frangos. “Além de menos lotes, houve diminuição da densidade (quantidade de frangos alojados). Isso prejudica porque os custos continuam quase iguais e a gente deixa de faturar. Mesmo assim, nós não paramos, mesmo com todo aquele medo do que poderia ocorrer se houvesse colapso nas integradoras por conta da Covid-19. Continuamos muito fortes, determinados em continuar a produção. Mas posso dizer que foi um ano muito complicado”, avalia.

No Norte Pioneiro, em Jacarezinho, Hamilton Junior Camargo tem aviários com capacidade para 74 mil frangos. O produtor acompanha seus custos na ponta do lápis e vê a viabilidade da avicultura com cautela. “Mão de obra está complicado, energia elétrica e a manutenção dos aviários também. Nesses últimos seis meses, itens da parte elétrica, os derivados de ferro, tudo o que vai para substituir. Novos investimentos precisam ser bem avaliados, porque a situação é crítica”, aconselha.

Camargo bate na tecla de que os avicultores paranaenses precisam investir tempo no controle efetivo dos custos, para conhecer o terreno onde se está pisando. “Quero enfatizar essa questão de que precisamos fazer a conta de quanto ganhamos no ano inteiro e comparar com o ano anterior. É fundamental termos esses valores em um plano mais amplo para enxergar se houve ou não houve aumento e se o reajuste da integradora cobriu esse aumento. Sem isso, é impossível gerenciar custos de produção”, ensina.



Diener Santana, de Cianorte

Mão de obra

Como de costume, a mão de obra seguiu ocupando o posto de maior vilã nos custos de produção. Pegando como exemplo um aviário de 140 metros por 14 metros, em Chopinzinho, com produção de frango pesado, os gastos com obrigações trabalhistas representaram 44,54% do custo total. Em seguida aparece energia elétrica, com 14,43%, lenha/pellet com 9,19% e troca e reposição de cama 8,64%. Enquanto isso, no mesmo município, em aviários de frango *griller*, a participação dos custos ficou da seguinte forma: mão de obra (37,79%), energia elétrica (8,77%), lenha/pellet (19,74%) e troca e reposição de cama (8,03%).

“Quanto menor o aviário, o resultado foi mais complicado”

Ademir Giroto, responsável pela metodologia do levantamento de custos

Quanto custa produzir aves no Paraná

Durante o trabalho, foram levantados dados nas seguintes localidades e tipos de aviários



é um modo diferenciado na produção, que leva apenas cerca de 30 dias até o abate



é o modo convencional na produção no qual o frango leva cerca de 45 dias até o abate

DOIS VIZINHOS

- 100x12m*
- 150x16m

CASCADEL

- 100x12m
- 130x12m
- 150x16m

CAMBARÁ

- 125x12m
- 140x14m
- 150x16m
- 165x18m

CHOPINZINHO

- 100x12m
- 100x12m
- 140x14m
- 150x16m
- 150x24m

LONDRINA

- 125x12m
- 160x16m
- 150x14m
- 165x18m

FRANCISCO BELTRÃO

- 100x12m

TOLEDO

- 125x12m
- 130x14m
- 150x16m

CIANORTE

- 150x16m
- 160x16m

* Medida(s) do(s) barracão(ões) em metros

Metodologia

A metodologia aplicada foi a mesma dos anos anteriores em relação às planilhas e fórmulas usadas nos cálculos (ver o quadro abaixo). Em reuniões em cada região, produtores levaram seus números e repassaram para o consultor da FAEP, Ademir Francisco Giroto. Depois, este compilou os números e fez as contas para chegar ao resultado final, com apoio da FAEP.

O que mudou, neste ano, foi que o levantamento foi feito à distância, via videoconferências *online*. Tradicionalmente, há dois estudos por ano, mas, por conta da pandemia do novo coronavírus, a rodada do início do ano foi suspensa. Assim, a comparação ficou sendo novembro de 2019 com novembro de 2020.

“As videoconferências no levantamento de custos foram uma novidade para todo mundo. Houve lugares que as conexões não ajudaram, mas deu para levantar as informações que precisávamos”, disse Giroto, que também agradeceu o empenho de todos os produtores que compareceram nos encontros digitais com dados para contribuir.



Juliana Jackoski, de Mangueirinha

Conceitos

Antes de ir aos resultados, é preciso entender algumas definições



CUSTO VARIÁVEL

É o valor que o avicultor precisa ter à disposição para produzir um lote de frangos e para garantir sua manutenção na atividade no curto prazo. São os gastos com mão de obra, energia elétrica, lenha, cama, manutenção, seguro das instalações, combustível, entre outros.

Fonte: Sistema FAEP/SENAR-PR



CUSTO OPERACIONAL

É o custo variável somado à depreciação de instalações e equipamentos. A depreciação corresponde a perda de valor do aviário ao longo de sua vida útil. O avicultor não desembolsa este valor a cada lote, mas essa reserva é necessária para que ele possa substituir seus ativos e permanecer na atividade no longo prazo.



CUSTO TOTAL

É o custo operacional somado à remuneração sobre o capital. O índice serve de parâmetro para calcular o dinheiro investido e desembolsado pelo avicultor a cada lote, caso fosse aplicado na caderneta de poupança (rendimento 6% ao ano).



Evolução dos custos e receitas entre novembro de 2019 e novembro de 2020

Frango *griller* (R\$ por cabeça)

| MUNICÍPIOS | DOIS VIZINHOS | | CAMBARÁ | | CHOPINZINHO | |
|---------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Tamanho (metros) | 150x16** | | 165x18** | | 100x12 | |
| Período de comparação | Novembro 2019 | Novembro 2020 | Novembro 2019 | Novembro 2020 | Novembro 2019 | Novembro 2020 |
| Lotes/ano | 7,50 | 7,50 | 6,72 | 7,27 | 7,81 | 7,81 |
| DESPESAS | | | | | | |
| Custo Variável | R\$ 0,289 | R\$ 0,278 | R\$ 0,351 | R\$ 0,273 | R\$ 0,433 | R\$ 0,400 |
| Custo Operacional | R\$ 0,449 | R\$ 0,492 | R\$ 0,421 | R\$ 0,453 | R\$ 0,608 | R\$ 0,599 |
| Custo Total | R\$ 0,537 | R\$ 0,599 | R\$ 0,490 | R\$ 0,525 | R\$ 0,701 | R\$ 0,692 |
| RECEITAS | | | | | | |
| Valor recebido com a venda de frangos | R\$ 0,350 | R\$ 0,360 | R\$ 0,441 | R\$ 0,560 | R\$ 0,450 | R\$ 0,450 |
| RESULTADOS | | | | | | |
| Saldo sobre custo total | - R\$ 0,187 | - R\$ 0,239 | - R\$ 0,166 | R\$ 0,035 | - R\$ 0,251 | - R\$ 0,242 |

Frango pesado (R\$ por cabeça)

| MUNICÍPIOS | CHOPINZINHO | | TOLEDO | | CIANORTE | | LONDRINA | |
|---------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Tamanho (metros) | 150x24** | | 150x16 | | 150x16** | | 165x18** | |
| Período de comparação | Nov 2019 | Nov 2020 | Nov 2019 | Nov 2020 | Nov 2019 | Nov 2020 | Nov 2019 | Nov 2020 |
| Lotes/ano | 5,70 | 5,90 | 6,19 | 5,86 | 5,98 | 5,98 | 6,00 | 6,27 |
| DESPESAS | | | | | | | | |
| Custo Variável | R\$ 0,515 | R\$ 0,473 | R\$ 0,508 | R\$ 0,456 | R\$ 0,516 | R\$ 0,405 | R\$ 0,606 | R\$ 0,447 |
| Custo Operacional | R\$ 0,758 | R\$ 0,754 | R\$ 0,738 | R\$ 0,808 | R\$ 0,748 | R\$ 0,745 | R\$ 0,852 | R\$ 0,835 |
| Custo Total | R\$ 0,891 | R\$ 0,876 | R\$ 0,861 | R\$ 0,968 | R\$ 0,876 | R\$ 0,872 | R\$ 0,987 | R\$ 0,974 |
| RECEITAS | | | | | | | | |
| Valor recebido com a venda de frangos | R\$ 0,760 | R\$ 0,760 | R\$ 0,750 | R\$ 0,850 | R\$ 0,900 | R\$ 0,900 | R\$ 1,000 | R\$ 1,190 |
| RESULTADOS | | | | | | | | |
| Saldo sobre custo total | - R\$ 0,131 | - R\$ 0,116 | - R\$ 0,111 | - R\$ 0,118 | R\$ 0,024 | R\$ 0,028 | R\$ 0,013 | R\$ 0,216 |

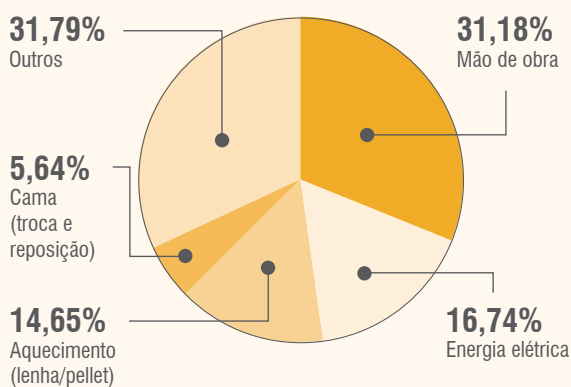
** Referente à granja com dois aviários | Fonte e Infografia: Sistema FAEP/SENAR-PR

Composição dos custos variáveis

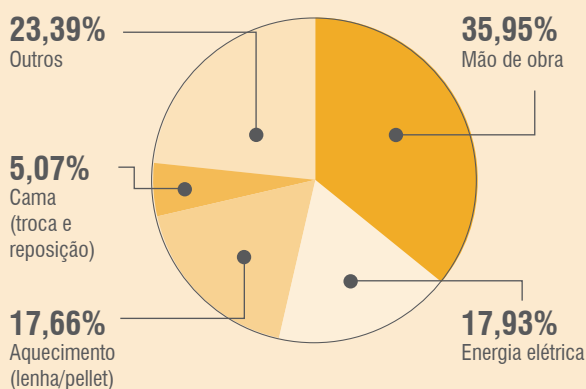
Confira os itens que mais pesam no bolso do produtor

CAMBARÁ - AVIÁRIO DE 150X16M | GRILLER

Novembro 2019

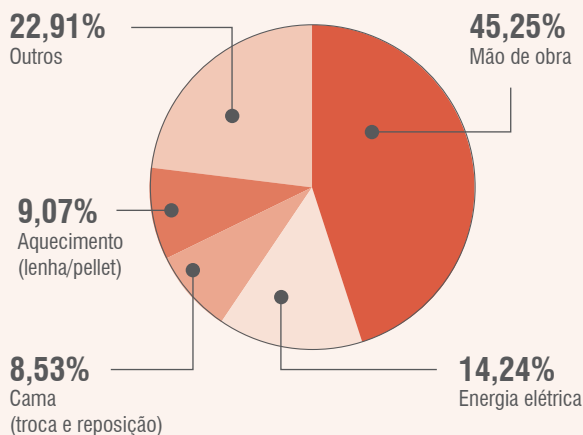


Novembro 2020

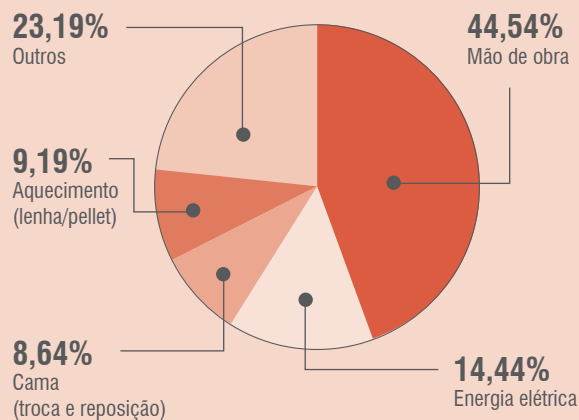


CHOPINZINHO - AVIÁRIO DE 140X14M | PESADO

Novembro 2019



Novembro 2020



Tabela

As planilhas detalhadas com os custos de produção da avicultura, incluindo modais novos e outras atualizações, estão disponíveis na seção Serviços, do site www.sistemafaep.org.br.



CONFIRA O VÍDEO DA MATÉRIA

É fácil!

- Ligue a câmera do seu celular, aponte para o **QR Code**, acesse o link e assista. Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de QR Code.
- Ou assista ao vídeo da matéria no nosso site sistemafaep.org.br



Levantar custos é garantir renda

O presidente da Comissão Técnica da Avicultura da FAEP, Carlos Bonfim, lembra que o levantamento de custos é uma ferramenta crucial para os avicultores não trabalharem no escuro. “É um instrumento muito bom para a gente avaliar o custo do dia a dia, na atividade, para ver como estão andando as coisas. Assim, temos como comparar o nosso estudo com as planilhas disponibilizadas pelas empresas integradoras. Há alguns anos estamos fazendo esse trabalho e tendo resultados em negociações de reajustes”, conta Bonfim.

O presidente da comissão lembra que em diversas ocasiões já ocorreram conquistas de melhores preços no âmbito das Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadecs), que contam com todo o apoio da FAEP. “Temos que saber quanto estamos gastando de lenha, energia, funcionários, manutenção e todos os itens. Com o levantamento de custos, vamos vendo as oscilações nossas, comparando com outras regiões do Estado do Paraná”, aconselha.

O fato de ser uma metodologia com tradição, puxada pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, fornece credibilidade aos dados. “As próprias empresas já não questionam a metodologia usada. Claro que isso não quer dizer que eles paguem o que a gente levanta, mas é uma referência. Hoje, é fundamental e eu acredito que vá ser cada vez mais importante fazer esse levantamento, pois os números são muito ajustados, temos que ficar em cima para cobrar e garantir uma boa rentabilidade à atividade”, revela.



Por Mariana Assolari
Técnica
DETEC - Sistema FAEP/SENAR-PR

Melhoras, mas abaixo das expectativas

As projeções para a avicultura em 2020 eram com certeza mais otimistas do que realmente pudemos vivenciar, mas ainda foi possível manter uma estabilidade, o que exigiu imensos esforços e investimentos nos estabelecimentos rurais e nas plantas frigoríficas para garantir a segurança de todos os envolvidos na cadeia.

Por um lado, a exportação da carne de frango paranaense em 2020 foi maior quando comparado a 2019. Por outro, o consumo interno teve redução em consequência da pandemia por impactar fortemente o setor de *food services*, com fechamento de bares, restaurantes e hotéis, por exemplo, grandes consumidores desse produto e seus derivados no país e no mundo. Os resultados foram números estáveis a campo, com ligeiro aumento no alojamento e abate de frangos de corte no Paraná.

Um desafio enfrentado pela avicultura durante o ano foi a crise na oferta de insumos importantes para a alimentação animal, como os grãos e outros compostos da ração, os quais atingiram valores nunca antes alcançados. A escassez obrigou as indústrias a reformular a ração enviada aos avicultores, o que em muitas situações resultou em má qualidade da ração e, conseqüentemente, comprometimento no desenvolvimento das aves e prejuízo ao produtor.

O Sistema FAEP/SENAR-PR dará continuidade a esse trabalho em 2021, apoiando o avicultor paranaense na construção de uma atividade financeiramente sustentável, lembrando que a participação dos atores da cadeia – sindicatos rurais, avicultores, representantes das agroindústrias, vendedores de equipamentos e demais instituições – é essencial para a evolução do trabalho e conquistas almeçadas pelo setor produtivo.

Produtor já pode acessar financiamento de custeio do milho safrinha

Após pedido da FAEP, Banco Central aprova alteração nas datas de colheita para acesso a crédito rural



No dia 11 de dezembro, o Banco Central do Brasil autorizou a possibilidade de alteração das datas de colheita da soja informadas nas operações de crédito rural já contratadas. A determinação garante que os produtores rurais do Paraná tenham acesso ao financiamento de custeio do milho segunda safra, após mudanças feitas no Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc), em setembro de 2020, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Essa mudança no processo aconteceu porque, no dia 3 de novembro, a FAEP solicitou ao Banco Central, via ofício, para que o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor) passasse a permitir alterações nas datas de colheita da oleaginosa, mediante apresentação de laudos técnicos. O pedido foi oficializado pelo Mapa no dia 13 de novembro, em resposta ao ofício da Federação.

Com a medida, o Sicor passa a admitir alteração nas datas de início e fim de colheita das operações de custeio da safra de soja 2020/21 no Paraná, permitindo o acesso ao crédito de custeio do milho safrinha pelos produtores. Ou seja, aqueles que se adequaram às novas regras do Zarc e plantaram variedades da oleaginosa com ciclo menor do que a inicialmente informada na contratação, poderão antecipar

a colheita e plantar milho safrinha dentro do período estipulado pelo zoneamento.

As mudanças no Zarc foram instituídas após reavaliação da metodologia para determinação dos riscos climáticos apontados pela Embrapa. Com isso, o Mapa antecipou o limite para o plantio do milho, passando do dia 20 de fevereiro para o dia 31 de janeiro em diversos municípios paranaenses. Ainda, os períodos de plantio permanecem os mesmos divulgados na Portaria 301/2020, publicada em 21 de setembro. Isso porque, mesmo após solicitação do setor produtivo, o Mapa entendeu que a redução de janelas de plantio são necessárias em função do ciclo mais alongado do milho nas regiões mais frias do Estado, com maior risco de geadas e perdas de qualidade em função das condições propícias à germinação na espiga.

Segundo o Banco Central, “caberá à instituição financeira se certificar de que o ciclo da cultura de soja utilizado na safra de verão permitirá a colheita da soja e, na sequência, o plantio do milho segunda safra até 31/01/2021”. Essa possibilidade será válida apenas para este ano agrícola. Na próxima temporada, as novas regras já estarão incorporadas pelo setor produtivo e não haverá sobreposição dos calendários de cultivo.

“Mato” no prato

Plantas pouco conhecidas e algumas até consideradas ervas daninhas passaram a despertar interesse e disputar espaço no cardápio, inclusive de restaurantes famosos

Por Antonio C. Senkovski

Você chega no restaurante, pede uma feijoada e na hora de saborear a clássica couve na manteiga, encontra no seu lugar um refogado de caruru e picão branco. A reação mais óbvia seria perguntar: o que é esse mato no meu prato? Essas duas espécies consideradas ervas-daninhas são exemplos de um universo aberto nos últimos anos, o das chamadas Plan-

tas Alimentícias Não Convencionais (Panc). Até então consideradas mato, essas plantas passaram a despertar curiosidade do público consumidor e a possibilidade de um novo mercado para os produtores rurais.

De acordo com estimativas dos pesquisadores, no mundo existem mais de 40 mil Panc (veja algumas nas páginas 33 e 35). No Brasil, calcula-se que

somem mais de 10 mil tipos. Por outro lado, estudos apontam que, na média, mais da metade do prato do brasileiro é composto por apenas 10 ingredientes, como arroz, feijão, trigo, carne bovina, de aves e suína. Ou seja, as plantas comestíveis ainda ficam fora da alimentação da maior parte da população.

Em Curitiba e Região Metropolitana, a demanda por esses produtos se inten-



sificou a partir de 2016, conforme a percepção de Marcelo Silvério, que atua há 12 anos na área, inclusive com a experiência de fornecedor a feiras orgânicas na capital. “De repente surgiu uma demanda por plantas diferentes. As plantas ornamentais e outras menos conhecidas têm propriedades maravilhosas, alimentares e medicinais”, revela.

Desde aquela época, Silvério se tornou um dos maiores entusiastas na propagação desse conhecimento. “Hoje trabalho mais na multiplicação dessa cultura alimentar, pois tem muita informação. Diferentemente de há quatro anos, quando não tinha quase nada” lembra. “Muitos produtores já oferecem Panc nas feiras de orgânicos. Mais que isso, já temos um ciclo de produção e consumo, com produtores fazendo entregas”, completa.



Álbum PANC de bolso

As Plantas Alimentícias Não Convencionais são milhares de espécies. A seguir, há uma pequena amostra com algumas delas que demonstram como esse mundo é vasto e ainda pouco conhecido.



Amorinha do mato
(*Rubus brasiliensis*)



Picão branco
(*Galinsoga parviflora*)



Taioba
(*Xanthosoma sagittifolium* (L.) Schott)



Ora-pró-nobis
(*Pereskia aculeata*)



Capuchinha
(*Tropaeolum majus*)



Dálias
(*Dahlia*)



Fava de inverno
(*Vicia faba*)



Framboesa negra
(*Rubus occidentalis*)



Azedinha
(*Rumex acetosa* L.)



Beldroega
(*Portulaca oleracea*)

Novo conceito

Em um terreno na área urbana de Curitiba, Deise Campos, formada em um curso do SENAR-PR na área de cultivo protegido, mantém uma pequena estufa. Nela, produz algumas dessas plantas que não se acham em qualquer feira. A pequena produtora também mantém contato com uma rede de olericultores envolvidos com Panc para aumentar o leque de opções.

Segundo Deise, em diversas localidades na RMC já é possível encontrar Panc diretamente com esses produtores, o que permite promover uma interação

entre a produção urbana, agricultores do cinturão verde da capital paranaense e os consumidores. “Esses alimentos biodiversos não são apenas importantes por estarem saindo na mídia como uma inovação de mercado. Os estudos e práticas inclusivas que envolvem essas espécies podem virar uma nova chave na construção de uma visão que integre a produção ao consumo, saúde e economia”, prevê.

Banco de Panc

As Panc têm despertado a atenção de pesquisadores da área de agricul-

tura. Até mesmo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) mantém uma coleção com 80 espécies espalhada em dois hectares e 19 talhões, em Brasília, no Distrito Federal, trabalho comandado pelo pesquisador Nuno Madeira. A coleção começou com mudas da própria casa de Nuno e foi crescendo.

“A ideia não é milhares de hectares, mas disseminar essa cultura do quintal produtivo. Hoje, temos dezenas de milhares de pessoas interessadas nessas espécies, que são muito adaptadas, fáceis de plantar”, explica Madeira.

Panc entram na rotina da academia, restaurante e paisagismo

As plantas não convencionais têm gerado pesquisas acadêmicas tanto nas graduações como nas pós-graduações. Ana Cláudia Rauber, que estudou Agroecologia em Desenvolvimento Rural Sustentável na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em Laranjeiras do Sul, realizou uma pesquisa de mestrado que envolveu 30 famílias para identificar as espécies disponíveis na região. A conclusão foi de que há mais de 200 plantas diferentes e, destas, 70 são Panc.

“A pesquisa demonstrou que não são plantas apenas conhecidas, mas efetivamente presentes nas dietas dessas famílias. O meu foco de pesquisa foi o conhecimento etnobotânico”, explica.

Deise Campos, de Curitiba, além de produzir Panc em sua estufa urbana, também atua com as plantas na área de paisagismo. Sócia da empresa Gira Lua Jardins Criativos, Deise vem percebendo, há alguns anos, a necessidade das pessoas de se aproximar dos alimentos. Por isso, resolveu incorporar as Panc no paisagismo das casas, condomínios e prédios.

“A gente entrando com essas plantas nas casas e ambientes urbanos vê necessidades muito parecidas, no sentido de ter variedades alimentícias para manter o contato com o alimento, de onde ele vem”, reflete.

Nos programas de gastronomia na televisão, nas feiras de produtos diferenciados e nos restaurantes famosos, as Panc têm aparecido como protagonista. Em Curitiba, a chef **Manu Buffara**, proprietária do Restaurante Manu (um dos 50 melhores da América Latina, em 2019), inclui algumas dessas plantas em seu menu.

“Não são plantas que você encontra muito em feiras. São alimentos que acabaram sendo deixados de lado, mas que faziam parte da alimentação dos nossos antepassados”, lembra.

Como acompanha de perto esse movimento para encontrar novas possibilidades para incluir em seus pratos, a chef conta que nas feiras já é possível encontrar espécies como o rabanete negro, variedades diferentes de quiabos, a folha da capuchinha e também o grão. “Existe hoje essa procura e as possibilidades são inúmeras. Até o simples trevo, que achamos facilmente nos nossos jardins, nas nossas hortas, é uma planta comestível”, revela. “Normalmente quando estou caminhando nas hortas, no meu jardim, encontro muitas dessas plantas. Precisamos disseminar esse conhecimento e fazer as pessoas voltarem a se conectar pela terra”, reflete Manu.

De acordo com o pesquisador da Embrapa, Nuno Madeira, há vários materiais de apoio disponíveis para quem se interessar pelas Panc. Ele pondera que é necessário tomar cuidado e se certificar de que as plantas são realmente comestíveis. A própria Embrapa tem vários *folders* e cartilhas sobre o tema, que podem ser acessadas no link: bit.ly/EmbrapaPanc.



Além disso, o pesquisador incentiva que produtores de outras hortaliças incorporem essas espécies aos seus arranjos produtivos para diversificar as opções oferecidas aos consumidores. Para isso, conduz um trabalho de divulgação das Panc junto aos agricultores. “É um trabalho que precisa de muito esforço ainda. Hoje, não temos um ‘varejão Panc’, uma feira com oferta recorrente. Tanto que se um chef quiser comprar 10 quilos de Beldroega por semana, ele não encontra”, compartilha.

Cursos do SENAR-PR ajudam em novos projetos

Atualmente, o SENAR-PR não conta com cursos específicos na área, mas disponibiliza várias capacitações que podem auxiliar o produtor rural a implantar e gerenciar novos cultivos. Vanessa Reinhart, técnica do Departamento Técnico (Detec) da entidade, recomenda capacitações que vão desde a conservação de solo, cultivo protegido, planejamento da produção, até os cursos sobre a viabilidade e gestão financeira do negócio, essenciais em qualquer novo projeto.

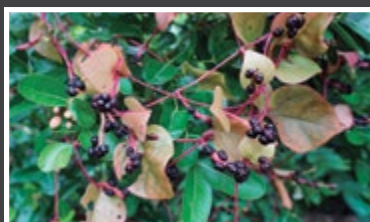
“Vemos que as Panc possuem um grande potencial de diversificação da produção, principalmente para a agricultura familiar. Além disso, é uma possibilidade de agregar valor, impulsionada pelos consumidores que vêm cada vez mais procurando uma alimentação saudável, com preferência aos produtos regionais”, analisa.



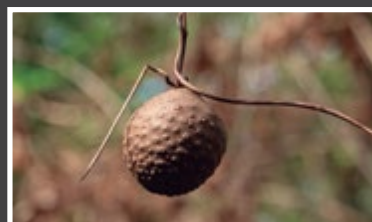
Tansagem
(*Plantago major*)



Peixinho da horta
(*Stachys byzantina*)



Bertalha
(*Basella alba*)



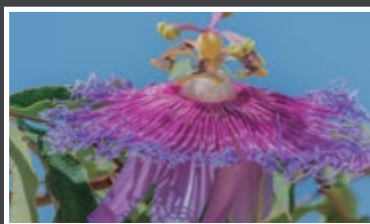
Cara do ar
(*Dioscorea bulbifera*)



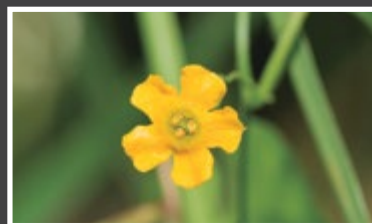
Dente de leão
(*Taraxacum officinale*)



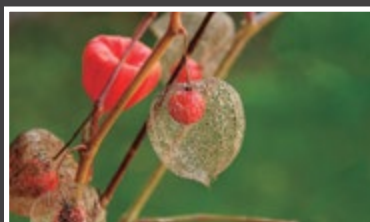
Melão andino
(*Solanum muricatum*)



Maracujá do mato
(*Passiflora cincinnata*)



Pepininho do mato
(*Melothria pendula*)



Physalis
(*Physalis*)



Sabugueiro
(*Sambucus nigra*)

Dica: as frutas, em geral, podem ser usadas em sucos, compotas, geleias e molhos. As folhas, em geral, podem ser refogadas, cozidas, tostadas, transformadas em bolinhos, recheios, entre outros. As “batatas” vão bem em sopas e purês. Os legumes vão bem em saladas e vinagretes.

Produtor conquista certificação internacional com auxílio do SENAR-PR

Com a chancela de segurança alimentar e sustentabilidade em nível mundial, maracujá do litoral do Estado vai ganhar novos mercados



Certificação abriu novos mercados para os produtos agropecuários do litoral do Paraná

O produtor rural Heron Gasparin, do município de Antoina, no litoral paranaense, conquistou o certificado Global G.A.P. na produção de maracujá. O processo se deu com apoio do Sebrae-PR, pelo programa Sebraetec, e com auxílio do SENAR-PR, por meio de diversos cursos, como “Boas Práticas Agrícolas – Hortifruticultura”, “Aplicação de Agrotóxicos”, “Produtor na olericultura – pragas e inimigos naturais” e “Trabalhador agrícola na olericultura – identificação e controle de doenças”, entre outros. Todos foram ministrados com exigências da certificação. Com isso, o maracujá produzido

por Gasparin ganhou reconhecimento por sua procedência, qualidade e sustentabilidade a nível mundial.

Segundo a produtora, a certificação abre portas para possíveis novos mercados no Brasil e no exterior. Atualmente, a produção é destinada às Centrais de Abastecimento (Ceasa) de Curitiba, São Paulo e Porto Alegre, além de distribuidores independentes em Londrina, no Norte do Paraná, e Veranópolis, no Rio Grande do Sul.

“A certificação reconhece todo o esforço feito para se produzir de maneira sustentável e, desta forma, atinge consumi-

VIA RÁPIDA



Super Mario

O personagem de um dos jogos de videogame mais famosos do mundo, o Super Mario, recebeu este nome devido ao dono do prédio onde ficava a base da Nintendo, nos Estados Unidos. A empresa estava passando por uma fase ruim, sem dinheiro até para pagar o aluguel, quando o dono do prédio, Mario Segale, deu uma segunda chance. Em agradecimento ao seu benfeitor, eles nomearam o personagem do jogo.

Droga fake

Ao assistir à um filme, você já se perguntou o que os personagens que usam cocaína estariam consumindo? Com certeza não era a droga! Na verdade, é um pó que os atores podem inalar sem causar mal. Em 1980, bicarbonato de sódio e leite em pó eram os mais usados, mas causavam incômodos, até serem substituídos por soro fisiológico em pó.



Gato Sênior

Em 2019, morreu o então gato mais velho do mundo, Rubble, pouco antes de completar 32 anos. Entretanto, segundo o livro do recorde Guinness Book, o gato mais velho do mundo faleceu aos 38 anos.

Tubarão pelado

Recentemente, foi descoberta uma espécie de tubarão que vive no Mar da Sardenha, região do Mediterrâneo, sem dentes e pele. Quando encontrada, o animal, uma fêmea, estava viva. Os cientistas ainda tentam entender como essa espécie se desenvolveu e se isso não se trata de uma anomalia.





Beija-flor congelado

O colibri-negro-de-rabo-de-metal, uma espécie de beija-flor, consegue controlar a sua temperatura corporal para sobreviver. Isso porque o seu metabolismo é muito acelerado: o seu coração é capaz de bater 1,2 mil vezes por minuto. Enquanto sua temperatura corporal durante o dia é de 40 graus, à noite entra em um estado de animação suspensa, chegando a 3 graus. Segundo estudos, essa é a maior queda de temperatura corporal já registrada em um pássaro ou em animais que não hibernam.



Oi, sumido!

A menina manda uma mensagem para seu ex-namorado:

– Oi, sumido! Tudo bem contigo?

O ex responde:

– Não, estou com frio, com fome e sem dinheiro.

Só falta você aqui...

– Para te fazer companhia?

– Não, para completar a tragédia!



Relâmpagos brasileiros

No Brasil, a probabilidade de uma pessoa morrer atingida por um raio é de um em 25 mil, maior do que ser mordido por um cachorro (um em 100 mil). As chances aumentam em até 2,5 vezes se a pessoa estiver desprotegida em uma área descampada durante uma tempestade típica, que produz cerca de três raios por minuto – neste caso, em apenas 30 minutos, a probabilidade de morrer atingido por um raio é em torno de um em 10 mil, similar à de sofrer um acidente aéreo. Isso tudo porque o Brasil é um dos países do mundo com mais incidência de raios.



De carona no cometa

Cientistas descobriram um cometa que tem a sua própria aurora-boreal. Esse “show de luzes” no céu acontece nos polos do planeta Terra, devido a interação entre partículas enviadas do Sol que entram em contato com a nossa atmosfera. Porém, esse fenômeno nunca tinha sido registrado em corpos celestes que não fossem planetas ou satélites naturais (isso mesmo, ela não é exclusiva da Terra). Infelizmente, a aurora é invisível a olho nu. Mas é possível ser vista pelo espectro ultravioleta.



UMA SIMPLES FOTO



MENSAGEM DE FINAL DE ANO

A chegada de um novo ano é o momento para renovação. A esperança por dias melhores é o sentimento que nos motiva a enfrentar, de cabeça erguida, o novo ciclo que se inicia.

O ano de 2020 não foi fácil, sabemos bem. Com ele, vieram desafios inesperados e obstáculos que balançaram até os mais experientes. Fomos pegos de surpresa por uma pandemia que, numa velocidade incompreensível, transformou a realidade que estávamos acostumados. Tivemos que nos adaptar, enfrentar batalhas e mudar os planos. No meio rural não foi diferente.

Mesmo diante de um cenário desconhecido, o agro manteve-se firme. O produtor rural paranaense não parou, um dia sequer, sempre movido pelo compromisso de continuar colocando comida na mesa das pessoas. Afinal, essa é a nossa vocação.

Para 2021, desejamos a todos que a força do setor produtivo seja renovada e tenhamos perseverança para superar os percalços que surgirem pelo caminho. Estes são os votos do Sistema FAEP/SENAR-PR e seus colaboradores à família rural paranaense.

Feliz 2021!

SISTEMA FAEP



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

